A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica*

La Independencia de Brasil y el liberalismo portugués: un balance de la producción académica

The independence of Brazil and Portuguese liberalism: a balance of academic production

AUTOR

João Paulo G. Pimenta
Departamento de Historia, Universidad de São Paulo

jgarrido@usp.br

Este artículo aborda históricamente las interpretaciones académicas acerca del proceso de ruptura política entre Brasil y Portugal ocurrido en las primeras décadas del siglo XIX. Además de retomar algunas interpretaciones clásicas del tema, realiza un inventario de la producción más reciente y se orienta hacia demandas de investigación.

Palabras claves:
Independencia de Brasil, Revolución de Porto, Historiografía, Liberalismo portugués

This article deals, from a historical point of view, with the academic interpretations of the political break between Brazil and Portugal that took place during the first decades of the nineteenth century. Besides considering some of the classic interpretations, the article indentifies recent scholarship, stresssing current research demands.

Key words:
Independence of Brazil, Revolution of Porto, Historiography, Portuguese Liberalism

DOI

DOI: 10.3232/RHI.2008.V1.N1.04

* Uma versão anterior deste texto, consideravelmente diferente, encontra-se publicada com o título "A Independência do Brasil: um balanço da produção historiográfica recente", Manuel Chust & José Antonio Serrano (eds.) – *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Madrid/ Frankfurt, Iberoamericana/ Vervuert, 2007, pp.143-157. Nesta nova versão, a mudança de título indica uma mudança de enfoque, contemplando a historiografia sobre o liberalismo português e não apenas a produção recente. Além disso, suprimi algumas passagens, acrescentei e revi outras, além de atualizar a bibliografia. Já especificamente a segunda parte ("Linhagens"), está fortemente baseada em passagens de outro trabalho meu, ainda no prelo, intitulado "La independencia de Brasil como revolución: historia y actualidad sobre un tema clásico", e que aqui puderam ser melhor desenvolvidas.

Este artigo empreende um histórico das interpretações acadêmicas acerca do processo de ruptura política entre Brasil e Portugal ocorrido nas primeiras décadas do século XIX. Além de retomar algumas interpretações clássicas do tema, realiza um inventário da produção mais recente e aponta para demandas de pesquisa.

Palavras-chave:
Independência do Brasil, Revolução do Porto, Historiografia, Liberalismo português

Introdução

A ruptura política entre Brasil e Portugal, ocorrida na década de 1820, recebeu das diferentes historiografias que dela trataram ênfases, qualificações e abrangências variadas. No caso das produções acadêmicas brasileira e portuguesa – as mais volumosas e significativas a respeito - a principal discrepância é reveladora de uma convergência: no primeiro caso, o tema prevalecente é o da independência do Brasil, enquanto no segundo é o do liberalismo. Em qualquer dos casos, no entanto, e desde as primeiras obras dos historiadores e publicistas do século XIX, um tema jamais pôde prescindir do outro. E assim, doravante, as muitas interpretações possíveis da ruptura sempre reforçaram o consenso de que o nascimento do Brasil independente é desdobramento do nascimento do liberalismo político em Portugal.

Não se trata, porém, de menoscabar as diferenças de tratamento da questão em cada historiografia, tampouco de suas variadas inserções em imaginários nacionais, culturas históricas amplas e produções intelectuais específicas: enquanto no Brasil a independência goza tradicionalmente da atribuição de momento fundador, ao qual se refere inclusive a principal data do calendário cívico oficial brasileiro, em Portugal o movimento liberal possui estatura diversa, adentrando na auto-imagem nacional daquele país de modo mais difuso, menos imperativo. Trata-se, isto sim, de sublinhar a convergência interpretativa subjacente a linhagens historiográficas que possuem caminhos próprios, geralmente e persistentemente nacionalizados, e cujos cruzamentos necessários nem sempre foram devidamente buscados por seus artífices.

A proposta deste artigo é empreender a uma avaliação geral da produção historiográfica acadêmica acerca da experiência histórica que, nas primeiras décadas do século XIX, foi responsável pela ruptura política entre Brasil e Portugal, partindo da premissa de que, se foi justamente essa ruptura a responsável pela criação e nacionalização de uma historiografia brasileira diferenciada da portuguesa, ela própria adverte seu analista para a inadequação de insistir demasiadamente em prismas que reiterem pontos de vista exclusivamente “brasileiros” ou “portugueses”. Não se trata, portanto, de visões da independência ou do liberalismo, mas sim de ambas as coisas, como partes de um mesmo todo.

Em última instância, tal premissa reconhece a necessidade de se proceder a um tipo de análise histórica que, quando focada em um tema que não se enquadra bem nos limites das tradicionais histórias nacionais, tenha em mente a realidade das linhagens delineadas por tais histórias como ponto de partida para a superação das limitações e distorções decorrentes desse tipo de enfoque. O que esbarra em uma dificuldade evidente: até o momento, não creio que as historiografias brasileira e portuguesa tenham consolidado tal superação, embora a necessidade de fazê-lo possa ser amplamente reconhecida. No meu próprio caso, reconheço que, herdeiro parcial desse tipo de tradição, domino melhor a historiografia produzida no Brasil – majoritariamente sobre a independência – do que em Portugal – majoritariamente sobre o liberalismo. Forçosamente, portanto, tratarei aqui da primeira delas, tentando apenas destacar

uma parte da segunda, bem como os momentos ainda residuais em que ambas (positivamente) se confundem.

Em primeiro lugar, esboçarei algumas linhagens historiográficas acerca da questão, sem pretender, com isso, apodá-las de parciais porque em alguma medida nacionalizadas. Apenas procurarei mostrar como tais linhagens, inseridas em tradições intelectuais específicas, permitem que a experiência política aqui focada goze, na atualidade, de boas possibilidades de seguir adiante revigorada e fortalecida. Em seguida, farei um apanhado preliminar de temas específicos, dentro do tema geral, que vêm permitindo tal movimento. Por fim, procurarei identificar algumas demandas de pesquisa já sinalizadas por esse movimento mas ainda não satisfatoriamente atendidas, bem como outras ainda praticamente ignoradas pelos historiadores.

Linhagens

Desde os seus momentos cruciais de definição, a ruptura entre Brasil e Portugal esteve envolta em um conjunto de linguagens, idéias e projetos que, subsidiando práticas políticas, construíram a imagem de uma independência necessária, positiva e profícua porque, além de responder a um curso "natural" de amadurecimento em relação à metrópole européia – pensamento muito em voga no mundo ocidental em fins do século XVIII e começos do seguinte, sistematizado com força por publicistas como Raynal e De Pradt – a América portuguesa supostamente soubera evitar as convulsões e destruições que tipificaram outros movimentos de independência, notadamente o hispano-americano. Embora hoje em dia a historiografia possa mostrar uma história cheia de tensões, conflitos, cisões, guerras e profundas alterações na ordem vigente, o argumento da mudança "pacífica" e "conservadora" ainda ecoa forte em visões acadêmicas e não-acadêmicas sobre a Independência do Brasil, resquício de uma imagem construída por alguns de seus protagonistas e que se converteria em um paradigma de análise à posteridade.

Como muito bem concebe Wilma Peres Costa, "o amálgama peculiar entre continuidades e descontinuidades tornou-se um componente incontornável do debate sobre a Independência na historiografia brasileira"[1]. Nesse debate, duas idéias fortes se fariam presentes: a da revolução conservadora e a do Brasil nacional como um herdeiro português da civilização européia. Os termos de normatização da historiografia a partir de tais idéias, porém, conheceria grande variação.

---

1. Wilma P. Costa. "A independência na historiografia brasileira", István Jancsó (org.) – *Independência: história e historiografia.* São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005, p.56. Parte da discussão historiográfica que se segue está fortemente amparada nesse ótimo ensaio.

De início, elas serviram à construção de uma imagem de legitimidade e positividade da Independência. A definitiva nacionalização da escrita de uma história brasileira, levada a cabo em meados da década de 1830 com a utilização de métodos pseudo-científicos que não obscureciam sua forte utilidade política e ideológica, valeu-se amplamente das duas idéias: a Independência como uma (boa) revolução porque ordeira, e assentada na continuidade da dinastia de Bragança e na liderança pessoal de D. Pedro I. Francisco Adolfo de Varnhagen, por exemplo, alocou-as perfeitamente em sua História da independência do Brasil, escrita em 1875[2] e pensada como o desfecho natural daquela que ficaria à posteridade como sua máxima realização intelectual, a História geral do Brasil (publicada a partir de 1854). Varnhagen via a colonização portuguesa da América como um caminho pré-determinado rumo ao seu grande desfecho, resultado de uma longa e necessária evolução. Portugal teria "preparado" a criação e amadurecimento de um Brasil que, no século XIX, surgiria legitimado, civilizado e promissor porque estreitamente ligado a uma ascendência européia, bem como apresentando uma superioridade em relação ao restante da América outrora de colonização ibérica. A historiografia produzida a partir da fundação do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro, em 1839, e à qual a obra de Varnhagen estaria em plena sintonia, não pensaria diferente[3].

De certo modo, a concepção da Independência como marcada por uma benigna continuidade entre as monarquias portuguesa e brasileira se fez presente também na mais significativa obra sobre o tema publicada no Brasil das primeiras três décadas do século XX: a de autoria de Manoel de Oliveira Lima. Inicialmente em D. João VI no Brasil (1909), logo em O movimento de Independência (1922), Lima caracterizaria a Independência como uma ruptura negociada e bem-administrada, ou, em sua célebre formulação, como um "desquite amigável", expressão que segundo Wilma Costa "enfatizava também o caráter pacífico do povo brasileiro, infenso às mudanças bruscas e às adesões radicais"[4]. Uma das auto-imagens mais caras da Independência, forjada cem anos antes, se convertia em um verdadeiro mito de constituição identitária do Brasil, e que, a despeito de tantos avanços recentes da historiografia sobre o tema, ainda persiste firme e forte no imaginário nacional brasileiro.

Em Portugal, as abordagens historiográficas da independência do Brasil foram, desde o século XIX, muito raras, geralmente confinadas a narrativas e análises de abrangência temporal mais larga (portanto em enfoques pouco especializados). Assim a História do Brasil desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação de Pedro I (1839), de Solano Constâncio, ou O Brasil e as colônias portuguesas (1881), de Oliveira Martins. Nas primeiras

---

2. Seria publicada apenas em 1916, após a morte de seu autor. Francisco Adolfo de Varnhagen – *História geral do Brasil e História da Independência do Brasil*. 10ª.ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1981, 3 v.

3. Arno Wehling (coord.) – *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:* idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado. Rio de Janeiro, IHGB, 1989; e Lúcia M. Paschoal Guimarães – *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial:* o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. São Paulo, FFLCH-USP, 1994 (tese de doutorado).

4. Costa, *op.cit,* p.69.

décadas do século seguinte, obras como as de Simões Coelho, O Brasil contemporâneo (1915); de Rocha Martins, A independência do Brasil (1922); de António Vianna, A emancipação do Brasil (1922); e de Correia de Sá, D. João VI e a independência do Brasil (1937), possuem, de certo modo, um caráter residual na produção acadêmica portuguesa, indicativo de uma tendência que dificilmente pode-se crer já superada nos dias de hoje[5]. No entanto, elas já apontavam, com segurança, para a necessidade de não se descolar o estudo dos acontecimentos portugueses peninsulares da primeira metade do século XIX daqueles ocorridos na América.

Seria, no entanto, a década de 1930 que imprimiria aos estudos sobre a Independência uma renovação historiográfica que se mostraria verdadeiramente influente até a atualidade, tributária sobretudo da produção de intelectuais brasileiros. É o caso de Caio Prado Júnior, que com suas duas principais obras, Evolução política do Brasil (1933) e Formação do Brasil contemporâneo (1942), estabeleceu premissas que se mostrariam centrais para a historiografia brasileira posterior. Na primeira delas, a Independência é vista como uma revolução – isto é, um movimento profundamente renovador - ainda que muitas vezes referida pela palavra “emancipação”. Tomada sob a ótica marxista da luta de classes, a Independência teria oposto interesses “portugueses” e “brasileiros”, desdobrando-se até aproximadamente 1850, quanto só então estes últimos teriam se consolidado, com a rejeição partilhada pelas classes dominantes das forças populares que durante o Período Regencial (1831-1840) teriam ameaçado a ordem e estabilidade interna. Para Caio Prado Júnior, a Independência seria, então, no seu conjunto, uma “revolução conservadora”[6].

A despeito da coincidência dos termos, esta é uma interpretação totalmente distinta daquela elaborada em meio ao próprio processo de Independência. Em Formação do Brasil contemporâneo, um livro mais diretamente voltado à colonização portuguesa da América – cuja análise possibilitaria, segundo Caio Prado Júnior, uma devida compreensão das razões do presente atraso brasileiro – o caráter da Independência não é explicitado; porém, sua visão amplamente negativa das estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais engendradas pelos portugueses na América, implica uma inovação: agora, a herança colonial legada ao Brasil nacional é nefasta, desagregadora, um empecilho ao pleno desenvolvimento nacional e que, não removido no processo de Independência, deveria sê-lo em algum momento do futuro[7].

---

5. Francisco Solano Constâncio – *História do Brasil desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação de Pedro I.* Paris, Nova Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, 1839; J. P. Oliveira Martins – *O Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa, Bertrand, 1881; José Simões Coelho – *O Brasil contemporâneo*. Lisboa, Guimarães e Companhia, 1915; Rocha Martins – *A independência do Brasil.* Lisboa/Porto/Coimbra, 1922; António Vianna – *A emancipação do Brasil*. Lisboa, Tip. do Annuario Comercial, 1922; e José d’Almeida Correia de Sá – *D. João VI e a independência do Brasil.* Lisboa, 1937. Sobre estes autores e algumas de suas posições acerca da Independência, vide Zília Osório de Castro. “A Independência do Brasil na historiografia portuguesa”, István Jancsó (org.) – *Independência, op.cit.*, pp.179-204.

6. Caio Prado Júnior - *Evolução política do Brasil. Colônia e Império*. 20ª.ed. São Paulo, Brasiliense, 1993, cap.III, “A revolução”.

7. Idem - *Formação do Brasil contemporâneo. Colônia*. 21ª.ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.

Devido ao impacto dessa interpretação no pensamento brasileiro, que oferecia uma explicação convincente para os entraves ao pleno desenvolvimento do Brasil, doravante e definitivamente o passado se revestiria da capacidade de iluminar o presente, o que por seu turno atribuiria ao termo revolução pulsantes expectativas de modificação dessa situação. Evidentemente, seu impacto se faria muito mais no pensamento historiográfico brasileiro do que português, embora neste a articulação entre a Independência e o liberalismo continuasse a inspirar algumas obras. Casos da de João Ameal, D. João VI e o Brasil (1965), de Teixeira Dias, "Portugal no esforço de independência e a autonomia do Brasil" (1970), e de Marques Monteiro, Três datas que importam à independência do Brasil, 1808, 1815, 1822 (1972)[8]. No entanto, além de não haver por detrás delas linhagens historiográficas tão definidas quanto aquelas que pautavam a historiografia brasileira, as questões do tempo presente que as norteavam eram outras.

No Brasil, o tradicional problema do caráter conservador da Independência, bem como o de sua "herança" portuguesa, conduziu os seus historiadores, nas décadas de 1960 e 1970, ao enfrentamento de dilemas como o da presença ou ausência, na trajetória histórica nacional, de um movimento verdadeiramente revolucionário. Voltar-se para esse passado com os olhos no presente, impunha-lhes o desafio de compreensão e transformação de uma realidade tenebrosa, marcada pela ditadura militar iniciada em 1964 e assolada pela contração das forças progressistas em geral. Nela, o termo revolução adquiria vários sentidos: de direita, de esquerda; de projeto a ser negado ou encampado; portador de uma utopia de futuro ou de uma frustração histórica a ser superada; de legitimação do governo militar (que, segundo seus próprios realizadores, fora instituído por uma "revolução") ou de oposição a ele. De todos os modos, o termo pareceria portador de um conteúdo cuja devida avaliação poderia apontar caminhos de interação com a realidade brasileira daquele momento[9].

Na historiografia da Independência, uma importante manifestação de oposição ao regime veio com a obra de José Honório Rodrigues, Independência: revolução e contra-revolução (1975), uma extensa, detalhada e bem-documentada análise da ruptura política entre Brasil e Portugal. Nela, como o próprio título indica, a Independência é vista como uma revolução, mas dessa vez cheia de novidades interpretativas: uma verdadeira guerra de libertação nacional, nacionalista e popular, comparável ao que ocorrera na América hispânica, longe de quaisquer feições conservadoras, e na qual D. Pedro e a monarquia teriam desempenhado papel secundário, meros coadjuvantes de instituições supostamente representativas e democráticas como o parlamento e as forças armadas[10].

---

8. João Ameal – *D. João VI e o Brasil*. Lisboa, 1965; Artur César Teixeira Dias – *Portugal no esforço de independência e a autonomia do Brasil*, Lisboa, 1970; e António Marques Monteiro – *Três datas que importam à Independência do Brasil (1808,1815,1822)*. Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1972. A respeito dos mesmos: Castro, *op.cit.*.

9. Costa, *op.cit.,* p.85.

10. José Honório Rodrigues – *Independência: revolução e contra-revolução*. São Paulo, Francisco Alves, 1975, 5 v.

Em sua concepção geral, a Independência que nos oferece Rodrigues é anacrônica, brutalmente distorcida por idéias pré-concebidas e descabidas; além disso, apresenta certo retrocesso interpretativo ao considerá-la como um movimento brasileiro e anti-português, isolando e reificando duas cenas de um mesmo quadro histórico. Contudo, carregada de expectativas esperançosas em relação à superação de um incômodo presente nacional vivido pelo autor, seu resultado é também um notável documento historiográfico de como independência e revolução puderam caminhar de mãos dadas na história da historiografia brasileira. E justamente por corresponder a anseios coletivos da época em que foi publicado, o livro de Rodrigues encontraria um respaldo não-desprezível, mais fora do que dentro de círculos especializados. Nestes, a Independência poderia ser muito melhor compreendida.

As décadas de 1960 e 1970 conheceram, no Brasil, uma grande profissionalização da pesquisa histórica, que ia se consolidando dentro das universidades com um aumento de programas de pós-graduação e de financiamentos públicos, e a formação de grupos de investigação compartilhada, o que implicava, também, uma maior aproximação com centros de pesquisa e historiografias estrangeiras, incluindo a portuguesa. Nesse momento, contudo, parece ter havido um crescente desprestígio da Independência como tema de estudos. Com a força da idéia de "revolução conservadora", e a despeito de tentativas contrárias como a de José Honório Rodrigues, a ruptura entre Brasil e Portugal não encorajava enfoques voltados à atuação política de grupos sociais excluídos ou mal-colocados em seus diferentes contextos históricos, e que vinham concentrando cada vez mais a atenção de novos historiadores, compreensivelmente saturados de temas saturados da oficialidade a eles conferida pelo regime militar brasileiro. Mesmo assim, alguns importantes historiadores mantiveram o tema de pé, renovando-o por meio de elaborações cada vez mais complexas, sofisticadas e matizadas.

Talvez a principal novidade nesse contexto tenha sido a construção de um amplo consenso de que a Independência se inseriu em um panorama mundial de variadas e assimétricas transformações políticas que, juntas, formam uma unidade histórica. Não que anteriormente se ignorasse as relações entre o que se passava no Brasil e no resto do Mundo já desde meados do século XVIII; mas agora, tais relações tinham implicações analíticas profundas. Se acontecimentos como os da América do Norte (1776), da França (1789) ou da América espanhola (1810) eram amplamente considerados como "revoluções", o que se passaria com o Brasil? Qual sua posição nesse contexto? Tais questões consolidaram a percepção do processo político americano como indissociável do contexto geral português, onde o advento do liberalismo era invariavelmente atribuído à Revolução do Porto.

A questão é muito bem sintetizada por Emília Viotti da Costa em 1968: "os estudos até agora publicados permitem estabelecer as linhas básicas que devem nortear a análise do movimento da Independência; fenômeno que se insere dentro de um processo amplo, relacionado, de um lado, com a crise do sistema colonial tradicional e com a crise das formas absolutistas de governo e, de outro lado, com as lutas liberais e nacionalistas que se sucedem na Europa e na

América desde os fins do século XVIII"; como boa autora marxista, concluía: "é preciso observar as contradições internas que explicam a marcha do processo"[11].

Fortemente influenciada por Caio Prado Júnior, a perspectiva de Viotti da Costa reitera a perspectiva da história da Independência como uma história do Brasil contra Portugal, uma luta "da colônia contra a metrópole", mas desenvolvida a partir de uma luta "de vassalos contra o rei". O termo mais usado é "emancipação", e embora "revolução" seja apenas protocolarmente utilizada para a designação de vários outros movimentos da mesma época, inclusive para os de contestação luso-americana de fins do século XVIII, é ele que pauta o debate. Em uma afirmação que seria amplamente referendada por investigações ulteriores, Viotti da Costa diagnostica que, durante o processo de Independência, "a Revolução apresentava-se sob formas diversas, quando não contraditórias"[12], no entanto, sem que ela se realizasse de fato. A revolução estaria praticamente em toda parte, menos no Brasil, onde em 1968, enxergá-la na Independência parecia demasiadamente arriscado.

Nesse mesmo ambiente, e pautando inclusive a obra de Viotti da Costa, as teses elaboradas por Fernando Novais apresentaram uma importante renovação dos estudos da Independência, cujos desdobramentos também se fazem vivamente presentes na historiografia brasileira até a atualidade. Foi ele quem levou adiante a sistematização do posicionamento do processo político português e luso-americano no quadro mundial, seguindo premissas à época bem estabelecidas e aceitas de autores como Robert Palmer, Jacques Godechot e Eric Hobsbawm. Embora o principal livro de Novais, Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), publicado originalmente em 1979, encerre a análise justamente às vésperas da Independência, seu aprimoramento da caracterização da colonização portuguesa realizada anteriormente por Caio Prado Júnior estabeleceu parâmetros de interpretação para o fim dessa colonização[13]. Em duas outras ocasiões, porém, Novais voltar-se-ia mais especificamente para uma análise da Independência, tida como um processo revolucionário em vários sentidos: primeiro, como desdobramento do processo geral (revolucionário) de crise do Antigo Regime europeu em terras coloniais (o "Antigo Sistema Colonial" como uma das dimensões do Antigo Regime); segundo, pela concepção de "crise", que diria respeito a toda a colonização européia da Idade Moderna, desencadeada pela ativação de contradições inerentes ao sistema dessa colonização (premissas marxistas), em articulação com pressões internacionais, e materializadas por um antagonismo de interesses entre colônia e metrópole; finalmente, como um movimento que resultou na afirmação de uma nova classe dirigente no Brasil, a dos grandes proprietários escravistas (perspectiva que

---

11. Emília Viotti da Costa. "Introdução ao estudo da emancipação política", Carlos G. Mota (org.) – *Brasil em perspectiva.* 19ª.ed. São Paulo, Difel, 1990, pp.66-67.

12. *Idem, idem,* p.99.

13. Fernando A. Novais – *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4ª.ed. São Paulo, Hucitec, 1986.

era também a de Florestan Fernandes, detalhada mais adiante)[14].

Fortemente influenciado por Caio Prado Júnior, Emília Viotti da Costa e Fernando Novais – com o qual, aliás, escreveu um ensaio interpretativo sobre o tema[15] – e diretamente tributário das obras de Palmer e Godechot, Carlos Guilherme Mota também contribuiu para a discussão da Independência como uma revolução. Seu primeiro livro, Atitudes de inovação no Brasil, 1789-1801, de 1970, era um estudo sobre os movimentos políticos coloniais de fins do século XVIII, seus projetos e idéias, e incluía um capítulo sobre "idéia de revolução" e "formas de pensamento revolucionárias", estas devidamente contrapostas a outras, tidas por "intermediárias" e "ajustadas". O esforço de integração de tais movimentos à conjuntura (revolucionária) mundial prosseguiria mais adiante e com um avanço cronológico, em Nordeste 1817, uma análise voltada ao movimento de Pernambuco; e na organização de uma obra coletiva inteiramente dedicada à Independência, 1822: dimensões[16]. No conjunto, os três livros reiteram a visão processual da Independência como parte crucial de uma crise mundial de desdobramentos específicos no mundo colonial, compreendida pelo crivo do caráter revolucionário daquela crise. Se desse enquadramento surgiam modalidades próprias de conformação da vida política na América portuguesa, longe estava a possibilidade de se referendar uma atribuição passiva de caráter revolucionário à Independência, com que o quê essa produção oferecia alternativa de interpretação à oficialidade das comemorações dos 150 anos de Independência, amplamente disseminadas pela ditadura militar brasileira em 1972 e que, como vimos acima, estimulavam a simbiose entre ambas.

Embora 1822: dimensões, trouxesse estudos variados que tendiam a compartilhar de uma mesma perspectiva geral – é significativo que o volume abrisse justamente com contribuições de Novais e Godechot[17] - um deles parecia destoar do conjunto, apresentando uma proposta de análise alternativa e que também teria grande impacto na historiografia brasileira. Pautada pela idéia de Sérgio Buarque de Holanda, segundo a qual a Independência em si representaria um episódio menor em meio a um processo mais amplo de "desagregação da herança colonial", em curso até meados de 1848[18], Maria Odila Dias já criticava, em 1972, o destaque conferido às "pressões externas e [a]o quadro internacional de que provém as grandes forças

---

14. Novais. "As dimensões da Independência", C.G. Mota (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, pp.15-26; Novais & Mota – *A independência política do Brasil*. 2ª.ed. São Paulo, Hucitec, 1996.

15. Idem.

16. C.G.Mota – *Atitudes de inovação no Brasil*. Lisboa, Horizonte, s.d. (1970); Idem - *Nordeste 1817*. São Paulo, Perspectiva, 1972; e Idem (org.) - *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

17. Novais, "As dimensões da Independência"; e Jacques Godechot. "Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente", pp.27-37.

18. Sérgio Buarque de Holanda, "A herança colonial – sua desagregação", *História geral da civilização brasileira t.II v.1*: o processo de emancipação. São Paulo, Difel, 1962, pp.09-39. Para ele, o "processo de emancipação" não teria sido caracterizado por "práticas vigorosamente revolucionárias" (p.39n), enquanto que o movimento português de 1820 é referido, sem polêmica, como "revolução".

de transformações”, bem como a idéia de uma luta da colônia contra a metrópole; propunha, então, o estudo do “enraizamento de interesses portugueses” e também daquilo que chamou de “processo de interiorização da metrópole no Centro-Sul da Colônia”. Pensando menos em 1822 do que em 1808, segundo ela os historiadores poderiam constatar que “a consumação formal da separação política foi provocada pelas dissidências internas de Portugal, expressas no programa dos revolucionários liberais do Porto e não afetaria o processo brasileiro já desencadeado com a vinda da Corte em 1808”[19].

Minimizada como desdobramento de uma crise mundial, a Independência, em si, seria, para Dias, fato menor; “revolução” era apenas a liberal portuguesa; e a marca da unidade histórica a ser considerada, a manutenção ampliada de interesses político-econômicos incrementados com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808. Trata-se, então, de uma interpretação que rejeita a idéia da existência de uma transformação revolucionária em um movimento que era, essencialmente, conservador; inclusive por conta do peso da colonização. Em suas palavras, “a sociedade que se formara no correr de três séculos de colonização não tinha outra alternativa ao findar do século XVIII senão a de transformar-se em metrópole a fim de manter a continuidade de sua estrutura política, administrativa, econômica e social. Foi o que os acontecimentos europeus, a pressão inglesa e a vinda da Corte tornaram possível”[20].

Outro caso a ser observado de preocupação historiográfica brasileira com a Independência, em estreita relação com aquele contexto intelectual no qual a revolução estava na ordem do dia, é o da obra de Florestan Fernandes, A revolução burguesa no Brasil (1974). De modo bastante incisivo, o livro, nas palavras de Wilma Costa, continuava a ecoar “a polêmica que empolgava os historiadores na forma de um esforço hercúleo para dar conta, de forma dialética, dos fermentos de mudança presentes na conjuntura política da Independência e dos movimentos empreendidos pelas forças conservadoras para reinventar as idéias e as práticas em que se expressava a dominação política, impedindo que a Revolução se realizasse em sua plenitude transformadora”[21].

De acordo com premissas marxistas, a Independência, para Fernandes, era uma etapa necessária da revolução burguesa no Brasil, isto é, da passagem de uma ordem colonial escravocrata a uma sociedade de classes (o que só se completaria na segunda metade do século XIX). Em termos estruturais, portanto, aquela etapa assinalava uma revolução: “a Independência, não obstante a forma em que se desenrolou, constitui a primeira grande revolução social que se operou no Brasil. Ela aparece como uma revolução social sob dois aspectos correlatos: como marco histórico definitivo do fim da ‘era colonial’; como ponto de referência para a ‘época da

---

19. Maria Odila L. Dias, “A interiorização da metrópole (1808-1853)”, C.G. Mota (org.). *1822: dimensões*, cit., pp.164-165.

20. Idem, p.170.

21. Wilma Costa, *op.cit.*, pp.99-100.

sociedade nacional', que com ela se inaugura"[22]. Nesse aspecto, e guardando a especificidade de uma análise histórica elaborada de um ponto de vista sociológico – o próprio subtítulo do livro é Ensaio de interpretação sociológica – a obra de Fernandes dialoga fortemente com parte da produção intelectual acima mencionada, valorizando sobremaneira a Independência como um tema de estudos. Como poderia ser diferente, sendo ela um momento crucial de definições do que o Brasil se tornou (e também do que não se tornou) posteriormente?

Finalmente, cabe mencionar a também importante obra de José Murilo de Carvalho que, embora mais diretamente voltada às questões relativas à formação do Estado nacional brasileiro no século XIX, conceberam uma interpretação da Independência que se mostraria muito influente daí em diante. Tal interpretação foi mais claramente formulada em A construção da ordem. A elite política imperial (1980). Partindo da célebre comparação – e diferenciação - entre as feições assumidas pelos processos de independência e de formação estatal nacional na América portuguesa e na América espanhola, Carvalho argumentaria que "a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte conseqüência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa." Essa elite se caracterizaria, principalmente, por uma "homogeneidade ideológica e de treinamento" adquirida na Universidade de Coimbra, praticamente o único centro de educação universitária cuja freqüência era facultada aos membros dos grupos mais abastados da sociedade colonial. Assim, "a homogeneidade ideológica e de treinamento é que iria reduzir os conflitos intra-elite e fornecer a concepção e a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política"[23]. A Independência, claro, seria um movimento de feições extremamente conservadoras.

Essa amostragem de autores e idéias poderia ser muito matizada e completada. Por ora, basta-nos salientar três tendências fortes e influentes: 1) a insistência em considerar a Independência do Brasil como um movimento anti-português (Caio Prado, Novais, Costa, Mota); 2) a insistência em uma continuidade processual pautada por interesses mercantis que, supostamente em desenvolvimento na América quando da transferência da Corte em 1808, fariam a formalização da Independência, em 1822, um fato menor (Dias); 3) a ênfase nas feições da Independência que supostamente condicionariam a construção de uma ordem política conservadora, homogênea, com poucas fissuras, e que por seu turno imprimiria uma forte marca de nascença à ordem nacional brasileira (Carvalho). Se no presente momento a historiografia da Independência permite que todas elas possam ser bastante matizadas, em muitos aspectos até mesmo amplamente criticadas, há que se reconhecer, no entanto, que, dentre muitos legados á posteridade, elas consolidaram a imperiosidade de se considerar, em conjunto e articuladamente, a Independência do Brasil com o liberalismo português peninsular.

---

22. Florestan Fernandes – *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. 5ª.ed. São Paulo, Globo, 2006, p.49.

23. José Murilo de Carvalho – *A construção da ordem: a elite política imperial & Teatro de sombras: a política imperial.* 2ª.ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996, pp.17-18.

Avanços recentes

Há que se louvar, no entanto, não apenas a atenção à conjuntura mundial da época e ao espaço português peninsular. Embora a historiografia brasileira oitocentista já demonstrasse preocupação com a escrita de uma história do Brasil incluindo aqueles que podiam ser considerados os seus muitos quadrantes regionais, e embora nessa concepção a história da Independência merecesse sempre alguma atenção, não foi senão nos últimos trinta anos que as investigações especializadas começaram a equilibrar a inserção de tais quadrantes no processo geral de ruptura entre Brasil e Portugal. Dando continuidade não só a esforços anteriores de autores como os de 1822: dimensões, mas também de outras obras coletivas voltadas à Independência[24], a adoção de uma perspectiva processual e conjuntural desta, em seus diferentes espaços americanos, invariavelmente passou a atribuir grande importância ao movimento liberal português.

Assim, atualmente dispomos de um bom conhecimento principalmente dos casos de Pernambuco e adjacências[25] e Bahia[26], embora também o Pará tenha recebido atenção nada desprezível[27]. Menos estudados, os casos de Maranhão, Piauí, Minas Gerais, São Paulo, Rio

---

24. Holanda, op.cit.; Holanda (dir.) - *História geral da civilização brasileira t.II, v.2:* dispersão e unidade. São Paulo, Difel, 1964; Josué Montello (org.) - *História da independência do Brasil.* Rio de Janeiro, Casa do Livro, 1972, 4 v.; *Anais do Congresso de História da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1975.

25. Socorro Ferraz - *Liberais e liberais*: guerras civis em Pernambuco no século XIX. Recife, UFPE, 1996; Marcus J. M. Carvalho, "Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824", *Revista Brasileira de História* v.18, n.36, 1998, pp.331-365; Denis de Mendonça Bernardes, "Pernambuco e o Império (1822-1824): sem Constituição soberana não há união", István Jancsó (org.) - *Brasil*: formação do Estado e da nação. São Paulo, Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003, pp.219-249; Márcia Berbel, "Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): nação, identidade e vocabulario político", *Idem, idem*, pp.345-363; Evaldo Cabral de Mello - *A outra Independência*: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo, Editora 34, 2004; Luiz Geraldo Silva, "'Pernambucanos, sois Portugueses!': natureza e modelos políticos das revoluções de 1817 e 1824", Almanack Braziliense n.01, maio de 2005; Jacqueline Hermann, "Um paraíso à parte: o movimento sebastianista do Rodeador e a conjuntura política pernambucana às vésperas da Independência (1818-1820)", M.F. Bicalho & V. Ferlini (org.) - *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo, Alameda, 2005, pp. 429-445; D. Bernardes, "Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824)", Jancsó (org.) – *Independência, op.cit.*, pp.379-409; *Idem, O patriotismo constitucional: Pernambuco*, 1820-1822. São Paulo, Hucitec/Fapesp/Ed.UFPE, 2006; Luiz Geraldo Silva, "O avesso da independência: Pernambuco (1817-24)", J. Malerba (org.) - *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, pp.343-384.

26. Ubiratan Araújo - *A guerra da Bahia*. Salvador, Deao/UFBA, 2001; Thomas Wisiak - *A 'nação partida ao meio': tendências políticas na Bahia na crise do Império luso-brasileiro*. São Paulo, FFLCH-USP (dissertação de mestrado), 2001; Hendrik Kraay - *Race, State and Armed Forces in Independence-Era: Bahia, 1790'- 1840'*. Stanford, Stanford University Press, 2001; Argemiro Ribeiro de Souza F. - *A guerra de independência na Bahia: manifestações políticas e violência na formação do Estado nacional (Rio de Contas e Caetité)*. Salvador, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA (dissertação de mestrado), 2003; T. Wisiak, "Itinerário da Bahia na Independência do Brasil", Jancsó (org.) – *Independência, op.cit.*, pp.447-474; Richard Graham 2005. "'Ao mesmo tempo sitiantes e sitiados': a luta pela subsistência em Salvador (1822-1823)", *Idem, idem,* pp.411-445.

27. Geraldo Mártires Coelho - *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822.* Belém, CEJUP, 1993; José Alves Souza Jr - *Constituição ou revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni* (1820-1823). Campinas, Unicamp (dissertação de mestrado), 1997; André Roberto de A. Machado. "As esquadras imaginárias. No extremo norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil". Jancsó (org.) – *Independência, op.cit.*, pp.303-343; *Idem - A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo, FFLCH-USP (tese de doutorado), 2006.

Grande do Sul e Província Cisplatina vêm dando mostras de seguir na mesma direção[28]. Todas estas investigações têm contribuído para a definitiva superação de uma concepção restrita e provinciana da Independência outrora focada quase que exclusivamente nas províncias do centro-sul luso-americano (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais).

Se a inserção de outras províncias nesse cenário leva o olhar sobre a Independência do Brasil para espaços nem sempre usuais, Portugal segue merecendo atenção, agora central, inescapável. A historiografia portuguesa continua a prestigiar fortemente a história do movimento constitucional de 1820, tratado em uma profusão de enfoques, perspectivas e delimitações[29], enquanto que a brasileira, com algumas poucas exceções, só recentemente começou a oferecer-lhe tratamentos específicos[30]. Em todos os casos, há que se destacar – e louvar – o fato de que, definitivamente, a história dos territórios portugueses da América e da Europa é considerada em sua devida unidade.

Cada vez mais ampla em seus limites espaciais, a Independência do Brasil continua a merecer estudos sobre sua inserção na conjuntura internacional. Tema desde sempre recorrente, agora sua dimensão global tem levado os estudiosos a reverem questões como o impacto, no Brasil, de influências revolucionárias advindas de outros movimentos coevos, a posição da América diante das reconfigurações da economia e dos poderes políticos mundiais, e as relações entre Brasil e a América hispânica. Estudos que adotam formalmente perspectivas comparativas, nos quais a Independência do Brasil continua a causar estranheza e incômodo em função de suas particularidades em relação ao contexto internacional, aos poucos vão cedendo espaço a posturas que considero mais complexas e enriquecedoras, onde a apreciação das particulares de cada movimento podem ser tomadas como resultado de relações diretas entre os mesmos,

---

28. Mattias Röhrig Assunção, "Miguel Bruce e os 'horrores da anarquia' no Maranhão, 1822-1827", Jancsó (org.) – *Independência, op.cit.*, pp. 345-378; Claudete Miranda Dias - *O outro lado da história: o processo de independência no Brasil, visto pelas lutas no Piauí (1789-1850)*. Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, 1999; Wlamir Silva, "Autonomismo, contratualismo e projeto pedrino: Minas Gerais na Independência", *Revista de História Regional* v.10, n. 01, UEPG, 2005; Ana Rosa C. da Silva, "Identidades políticas e a emergência do novo Estado nacional: o caso mineiro", Jancsó (org.) – *Independência, op.cit.,* pp.515-555; *Idem*, "De comunidades a nação: regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831)", *Almanack Braziliense* n.2, novembro de 2005; Vanessa Delatorre - *São Paulo à época da Independência: contribuição para o estudo do chamado movimento "bernardista" (1821-1823)*. São Paulo, FFLCH-USP (mestrado), 2003; Cecília Helena Oliveira, "São Paulo e a Independência: liames entre história e memória", Ana Maria Camargo (coord.) – *São Paulo*: uma longa história. São Paulo, Centro de Integração Empresa-Escola, 2004, pp.39-58; Miriam Dolhnikoff, "São Paulo na Independência", Jancsó (org.). *Independência, cit,* pp.557-575; Helga Iracema L. Piccolo, "O processo de independência numa região fronteiriça: o Rio Grande de São Pedro entre duas formações históricas", *Idem, idem*, pp.577-613; João Paulo G. Pimenta, "O Brasil e a 'experiência cisplatina' (1817-1828)", *Idem, idem*, pp.755-789; Julio Sánchez, "La independencia de la República Oriental del Uruguay: los realistas em la Banda Oriental", Ivana Frasquet (coord.) - *Bastillas, cetros y blasones: la independencia en Iberoamérica*. Madrid, Mapfre, 2006, pp.57-92.

29. Uma boa amostra encontra-se nas coletâneas: Miriam Halpern Pereira & outros (orgs.) – *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa, Sá da Costa, 1982, 2 volumes; e Fernando Marques da Costa/ Francisco Contente Domingues/Nuno Gonçalo Monteiro (orgs) – *Do Antigo regime ao liberalismo (1750-1850)*. Lisboa, Vega, s.d. Também Fernando Tomasz, "Brasileiros nas Cortes constituintes de 1821-1822", C.G.Mota (org.) – *1822: dimensões, cit*., pp.74-101; Maria de Fátima Nunes – *O liberalismo português: ideário e ciências.* Lisboa,, Inic, 1988; Isabel Nobre Vargues – *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra, Minerva, 1997.

30. Por exemplo: Márcia Berbel - *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas 1821-1822*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1999.

seja no plano econômico – circulação de homens e mercadorias - , no das idéias políticas ou, claro, no das relações diplomáticas[31].

Componente fundamental no reposicionamento dos termos de radicalidade da Independência é a tendência fortemente inovadora de perscrutar a participação de diferentes estratos sociais no movimento, portanto na contramão de sua tradicional – e ainda viva – consideração como produto exclusivo de interesses de classe setorizados, como se desde sempre sua gestação contivesse os elementos que resultariam na configuração de uma nova ordem conservadora, isto é, sem implicar profundas alterações nas estruturas definidas a partir do componente escravista da sociedade colonial luso-americana. Seus sopros mais fortes têm origem em análises diretas, que buscam a atuação política de estratos sociais subalternos, observados em meio a um ambiente de luta política onde diferentes projetos interagiam ou entravam em conflito; nos últimos anos, porém, em função da vitalidade da historiografia a respeito da escravidão e do escravismo no Brasil, há uma grande diversificação, com muitos deles se concentrado não apenas na atuação política de escravos e libertos, mas também no problema de sua representação na nova ordem, nas ideologias escravista e anti-escravista e outras questões correlatas[32], enquanto que os estudos que incluem a participação de populações

31. Ron L Seckinger - *The Brazilian Monarchy and the South American Republics 1822-1831: Diplomacy and State Building.* Baton Rouge & London, Louisiana State University Press, 1984; István Jancsó, "A construção dos Estados nacionais na América Latina: apontamentos para o estudo do Império como projeto", T. Szmrecsányi & J. R. do A. Lapa (orgs.) - *História econômica da independência e do império.* São Paulo, Hucitec, pp.3-26; Braz A. Brancato - *D. Pedro I de Brasil, posible rey de España (una conspiración liberal)*. Porto Alegre, Ed.PUCRS, 1999; Kenneth Maxwell, "Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência". C. G. Mota (org.). *Viagem incompleta*: a experiência brasileira. Formação: histórias. São Paulo, Senac, 2000, pp.177-195; Luís Cláudio V. G. Santos - *A invenção do Brasil: o Império e o interamericanismo*. Brasília, UnB, 2002; *Idem, O Império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia*. Curitiba, Ed.UFPR, 2002; Guillermo Palacios – *Intimidades, conflitos e reconciliações. México e Brasil, 1822-1993*. São Paulo, Edusp, 2008; João Paulo G. Pimenta – *Brasil y las independencias de Hispanoamérica*. Castelló de la Plana, Publicacions de la Universitat Jaume I, 2007; K. Schultz, "A era das revoluções e a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821)", J. Malerba (org.) - *A Independência brasileira: novas dimensões.* Rio de Janeiro, Editora FGV, pp.125-151. Cabe ainda destacar três historiadores portugueses cujas obras caminharam nessa direção: Ana Cristina B. de Araújo, "O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, 1815/1822", *Revista de História das Idéias*, n.14, Coimbra; Valentim Alexandre – *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português.* Porto, Afrontamento, 1993; e Maria Cândida Proença – *A independência do Brasil*. Lisboa, Colibri, 1999.

32. João José Reis & Eduardo Silva, "O jogo duro do Dois de Julho: o 'Partido Negro' na Independência da Bahia". *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp.79-98; Mattias Röhrig Assunção, "L'adhesión populaire aux projets révolutionnaires dans les sociétés esclavagistes: le cas du Venezuela et du Brasil (1780-1840). *Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilienne*, 1990, v.54.; Gladys Sabina Ribeiro, "Pés-de-chumbo" e "Garrafeiros": conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no primeiro reinado. *Revista Brasileira de História* v.12, ns.23-24, 1990-1991, pp.141-165; *Idem – A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002; Ubiratan Castro de Araújo, "A política dos homens de cor no tempo da independencia". Carlos V. Domínguez (et.all) - *Animai-vos, Povo Bahiense*: a conspiração dos Alfaiates. Salvador, Omar G. Editora, 1999, p.100-113; Luiz Geraldo Silva, "Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado nação (Pernambuco, 1770-1830)", Jancsó (org.) - *Brasil: formação do Estado e da nação, cit.*, pp.497-520; Hendrik Kraay, "Identidade racial na política, Bahia 1790-1840: o caso dos henriques", *Idem, idem,* pp.521-546; Rafael de Bivar Marquese, "Governo dos escravos e ordem nacional: Brasil e Estados Unidos, 1820-1860", *Idem, idem* pp.251-265; Sérgio A. Diniz Guerra Fo. - *O povo e a guerra:* participação das camadas populares na luta pela Independencia do Brasil na Bahia. Salvador, UFBA (mestrado), 2004; Luiz G. Silva, "Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da Independência (1817-1823)", Jancsó (org.) – *Independência, cit.*, pp.915-934; Marcus Carvalho, "Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817-1848)", *Idem, idem*, pp.881-914; Rafael Marquese, "Escravismo e independência: a ideologia da escravidão no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos nas décadas de 1810 e 1820", Idem, idem, pp.809-827; Márcia Berbel & Rafael Marquese, "La esclavitud en las experiencias constitucionales ibéricas, 1810-1824", Ivana Frasquet (coord.) - *Bastillas, cetros y blasones: la independencia en Iberoamérica*. Madrid, Mapfre, 2006, pp.347-374.

indígenas[33] e mulheres[34] apenas começam a receber os primeiros tratamentos especializados.

As rupturas e continuidades do processo de Independência do Brasil em relação à conjuntura colonial da segunda metade do século XVIII, onde Portugal se encontrava em meio a crescentes dificuldades, continuam a interessar os estudiosos. Em forte medida tributária da importante obra de Novais, a concepção de que a abertura do processo de Independência –hoje em dia cada vez mais delimitado, em seu marco inicial, pela transferência da Corte de Lisboa em 1807– representa um desdobramento da crise sistêmica atravessada pelo Império Português é bastante aceita, embora de maneiras cada vez mais cuidadosas, matizadas e complexas, e que não necessariamente reafirmam todos os pontos de seu modelo. Nesse sentido, os estudos acerca das políticas e idéias reformistas, dos movimentos de contestação ocorridos no espaço colonial a partir do último quartel do século XVIII, bem como do crescimento progressivo dos espaços públicos de discussão política, vêm oferecendo contribuições para se pensar a Independência numa perspectiva de longa duração[35]. Críticas variadas à relação entre os problemas estruturais apresentados pelo Império no século XVIII, os movimentos de contestação e a crise que levará, no XIX, à ruptura com o Brasil têm se mostrado importantes na revisão de assertivas muitas vezes dominantes na historiografia[36], mas ao avançarem relativamente pouco na compreensão

33. Carlos de Araújo Moreira Neto - *Índios da Amazônia*: de maioria à minoria. Petrópolis, Vozes, 1988; Marcus J. M. de Carvalho, “Os índios de Pernambuco no ciclo das insurreições liberais, 1817-1848: ideologias e resistencias”. *Revista da SBPH* n.11, 1996; Maria Hilda B. Paraíso - *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. São Paulo, FFLCH-USP, 1998, 5 v. (doutorado); André Roberto Machado - *A quebra da mola real das sociedades, op.cit.*; Fernanda Sposito - *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo, FFLCH-USP (mestrado), 2006.

34. Sara Marques Pereira - *D. Carlota Joaquina e os “espelhos de Clio”: actuação política e figurações historiográficas.* Lisboa, Horizonte, 1999; María Lígia C. Prado, “A participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina”. *América Latina no século XIX*: tramas, telas e textos. São Paulo, Edusp, 1999; Francisca L. Nogueira de Azevedo - *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003; Andréa Slemian, “O paradigma do dever em tempos de revolução: D. Leopoldina e o ‘sacrifício de ficar na América’”. *D. Leopoldina: cartas de uma imperatriz*. São Paulo, Estação Liberdade, 2006, pp.83-113; Maria de Lourdes Lyra, “A atuação da mulher na cena pública: diversidade de atores e de manifestações políticas no Brasil imperial”. Almanack Braziliense n.3, maio de 2006.

35. Afonso C. Marques dos Santos - *No rascunho da nação: inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992; Maria de Lourdes Lyra - *A utopia do poderoso império - Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822.* Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994; István Jancsó - *Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1789*. São Paulo, Hucitec/ EdUFBA, 1996; *Idem*, “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”, Novais (dir.). *História da vida privada no Brasil v.I:* cotidiano e vida privada na América portuguesa (org. de Laura de Mello e Souza). São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp.388-437; Luiz Carlos Villata, “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”, *Idem, idem,* pp.331-385; Marco Morel, “Tensões entre revolução e escravismo: o caso de Cipriano Barata em 1798”. Ubiratan Araújo (et.all.). II Centenário da sedição de 1798 na Bahia. Salvador, Academia de Letras da Bahia, 1999, pp.77-95; I. Jancsó & J. P. Pimenta, “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. C. G. Mota. (org.) - *Viagem incompleta: a experiência brasileira. Formação: histórias*. São Paulo, Senac, 2000, pp.127-175; Luiz Villalta - *1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasis*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000; Ana Cristina Araújo, “Um império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da Independência do Brasil”. Jancsó (org.) – *Independência, op.cit.*, pp.235-270; e Ana Rosa Silva - *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2006.

36. Alexandre – *Os sentidos do império, op.cit.*; Guilherme Pereira das Neves, “Del Império lusobrasileño al Império del Brasil (1789-1822). A. Annino & F. Guerra (coord.) - *Inventando la nación. Iberoamérica, siglo XIX*. México, FCE, 2003, pp.221-252; João Pinto Furtado, “Das múltiplas utilidades das revoltas: movimentos sediciosos do último quartel do século XVIII e sua apropriação no processo de construção da nação”. J Malerba (org.) - *A Independência brasileira, op.cit,* pp.99-121; Jorge Pedreira, “Economia e política na explicação da independência do Brasil”, *Idem, idem*, pp.55-97.

da Independência, parecem referendar justamente a necessidade de se tomá-la em perspectiva sistêmica. De outra parte, as proposições de uma importante obra, que chama a atenção para condicionantes ainda mais ancestrais do processo de formação do Estado nacional brasileiro ligados ao tráfico negreiro e à montagem de uma sociedade escravista colonial[37], ainda precisam ser devidamente avaliadas à luz dos avanços recentes na história do século XIX.

Nos últimos vinte anos, a importância dos espaços públicos de discussão política no Brasil a partir de 1808 tem sido amplamente reconhecida, considerando justamente o impacto, na América, do movimento liberal português, inclusive pelos decretos de liberdade de imprensa, responsáveis pelo adensamento e ampliação das discussões e de seus conteúdos, bem como pelo esboço daquilo que autores têm, com muita propriedade, chamado de surgimento dos primeiros contornos de uma esfera pública de tipo moderna[38]. Diversas dimensões têm merecido atenção, incluindo trajetórias individuais, a imprensa e a maçonaria, dando conta também do período imediatamente anterior a 1820, especialmente interessante para se analisar as persistências de uma cultura política de tipo Antigo Regime e do pensamento da Ilustração no momento de apogeu da crise política portuguesa, quando, efetivamente, a integridade da Monarquia e de seus domínios americanos já se via ameaçada[39]. Outros estudos têm se preocupado com as dimensões simbólicas da presença da Corte portuguesa na América, em movimentos de fortes implicações para a construção do Império do Brasil sob a égide de uma monarquia que carregava consigo as marcas de sua ancestralidade portuguesa, bem como com a construção coeva de uma memória que, conforme vimos em historiadores como Varnhagen, embora legitimadora da

---

37. Alencastro - *Le commerce des vivants, op.cit.*, 1996.

38. Marco Morel, “La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Río de Janeiro, 1820-1840)”. F. Guerra & A. Lemperière (et.al.) - *Los espacios públicos en Iberoamerica: ambiguedades y problemas. Siglos XVIII-XIX.* México D.F., F.C.E., 1998, pp.300-320.

39. Isabel Lustosa - *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000; Renato Lopes Leite - *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822*). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000; *Idem*, “Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX”. *Estudos Históricos* n.28. Rio de Janeiro, 2000; Kirsten Schultz - *Tropical Versailles: Empire, Monarchy and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. New York, Routledge, 2001; J. P. Pimenta - *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828).* São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2002; Marco Morel & Mariana Monteiro de Barros - *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003; Lúcia P. das Neves - *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência*. Rio de Janeiro, Revan/Faperj, 2003; Leila Algranti - *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821*). São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2004; Lúcia Neves, “Os panfletos políticos e a cultura política da Independência do Brasil”. Jancsó (org.). *Independência, op.cit.*, pp.637-675; M Morel - *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo, Hucitec, 2005; *Idem,* “Independência no papel: a imprensa periódica”. Jancsó (org.) – *Independência, op.cit.*, São Paulo, Hucitec/Fapesp, pp.617-636; Alexandre Mansur Barata, “Sociabilidade maçônica e Independencia do Brasil (1820-1822)”, *Idem, idem,* pp.677-706; A. Barata - *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora/São Paulo, Editora UFJF/Annablume/Fapesp, 2006; A. Slemian - *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo, Hucitec, 2006; Juliana Meirelles - *A “Gazeta do Rio de Janeiro” e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821)*. Campinas, IFCH-UNICAMP (mestrado).

nação brasileira, não hesitaria em reafirmá-la, de muitos modos, como também européia[40].

Aos poucos, dos estudos de cultura política vão surgindo outros, dedicados à compreensão do vocabulário político e, em dimensão mais refinada, do desenvolvimento histórico de conceitos-chave para o mundo luso-americano da época, cujas mutações não apenas traduzem fenômenos sociais mais amplos, como também carregam consigo potencial de intervenção da própria realidade que os produziu[41]. Tal campo de estudos aguarda com forte expectativa os resultados finais do esforço coletivo de investigação levado adiante por acadêmicos brasileiros e portugueses em articulação com correspondentes de outros países europeus e americanos, cuja meta é a elaboração de um mapa histórico-comparado de conceitos-chave do mundo iberoamericano entre 1750-1850[42]. De todo modo, a história dos conceitos, ainda incipiente no Brasil e em Portugal, certamente se mostrará ferramenta essencial na tarefa de continuar a re-escrita da história da Independência e do liberalismo, revelando aspectos pouco conhecidos e seguindo patamares de critério e precisão cada vez maiores.

Outro nicho historiográfico pulsante e bastante promissor, e no qual as produções brasileira e a portuguesa vêm estabelecendo profícuo diálogo, é aquele ligado a estudos do constitucionalismo, cultura jurídica, administração e instituições diversas, preferencialmente aqueles que procuram apreender, por meio de rupturas e continuidades, a dinâmica de passagem, na América, de um Estado português para um Estado brasileiro, sem desconsiderar a presença, nesse cenário, de lutas políticas de diverso teor, da escravidão e do escravismo e das questões

---

40. Cecília Helena Oliveira - *O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência.* Anais do Museu Paulista v.3, janeiro/dezembro, 1995, pp.195-208; Iara Lis Carvalho Souza - *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo, EdUnesp, 1998; Jurandir Malerba - *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000;.Emilio Carlos Rodriguez Lopez - *Festas públicas, memória e representação: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo, Humanitas, 2004; Cecília Oliveira, "Política e memória histórica: Gonçalves Ledo e a questão da "independência". Bresciani/Samara/Lewkowicz (orgs.) - *Jogos da política: imagens, representações e práticas*. São Paulo, Marco Zero/Fapesp, s.d., pp.153-169. Merece destaque um importante trabalho de uma historiadora portuguesa: Ângela Miranda, "Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido das cerimônias de entronização brasileiras", Jancsó (org.) – *Brasil, op.cit.*, pp.549-602.

41. Pimenta – *Estado e nação, op.cit.*; *Idem*, "A política hispano-americana e o império português (1810-1817): vocabulário político e conjuntura". Jancsó (org.) – *Brasil, op.cit.*, pp.123-139; Valdei Araújo – *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo, Hucitec, 2008; Lúcia P. das Neves - *Corcundas e constitucionais, op.cit.*; M; Morel, "Independência no papel: a imprensa periódica", op.cit.; M. Berbel, "A retórica da recolonização". Jancsó (org.) – *Independência, op.cit.*, pp.791-808; Silvia Carla de Brito Fonseca – *A idéia de república no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834).* Rio de Janeiro, UFRJ, 2004 (tese de doutorado).

42. Trata-se do Grupo Iberconceptos – *Historia comparada de los conceptos políticos y sociales iberoamericano*s, coordenado por Javier Fernández Sebastián.

ligadas à cidadania e à nação[43]. Nesse ponto, é relevante constatar um distanciamento de tal produção com enfoques durante bastante tempo predominantes na historiografia brasileira, nos quais administração e política só eram sinônimas em uma concepção puramente formalista, estanque e burocratizante.

Tradicionalmente de pouco apreço dos historiadores dedicados ao estudo da Independência do Brasil, a história de acento mais econômico também têm oferecido contribuições valiosas e essenciais para a compreensão do processo, focada em idéias, instituições ou capacidade de arrecadação e investimento da parte do nascente Estado, sem os quais evidentemente a nova ordem nacional não poderia se constituir[44]. As imbricações entre negócios e política, destacadas em pioneiro artigo de Maria Odila Dias no começo dos anos setenta (Dias 1972), desde então têm rendido bons frutos historiográficos[45], contribuindo substantivamente para a construção de um consenso em torno da impossibilidade de apreensão da Independência em marcos territoriais limitados.

Desde o século XIX, personagens de destaque no contexto da Independência vêm recebendo tratamentos biográficos de diversas qualidades. Nas últimas décadas, porém, têm crescido aqueles que efetivamente conseguem extrapolar o plano individual dos mesmos,

---

43. Ilmar R. de Mattos - *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo, Hucitec, 1987; Alexandre – *Os sentidos do império, op.cit*.; Wilma Costa, "A economia mercantil escravista nacional...", op.cit.; M. Berbel - *A nação como artefato, op.cit*.; Miriam Dolhnikoff - *Construindo o Brasil: unidade nacional e pacto federativo no projeto das elites (1820-1842)*. São Paulo, FFLCH-USP (doutorado), 2000; José Murilo de Carvalho - *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001; José Reinaldo de Lima Lopes, "Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX", Jancsó (org.). *Brasil, op.cit*., pp.195-218; Wilma Costa, "Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência", *Idem, idem*, pp. 143-193; Maria de Fátima Gouvêa, "As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro", Jancsó (org.) – *Independência, op.cit.,* pp 707-752; Andréa Slemian, "'Seriam todos cidadãos?': os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil". *Idem, idem*, pp.829-847; K. Schultz, "La independencia de Brasil, la ciudadanía y el problema de la esclavitud: *a Assembléia Constituinte de 1823*". J. Rodríguez (coord.) - *Revolución, independencia y las nuevas naciones de América*. Madrid, Mapfre/Tavera, 2005, pp.425-449; A. Slemian - *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo, FFLCH-USP (doutorado), 2006; Berbel & Marquese, *Op.cit.* Na historiografia portuguesa, merece destaque o trabalho de Jorge Miranda – *O constitucionalismo liberal luso-brasileiro*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

44. Wilma Costa, "A economia mercantil escravista nacional ...", op.cit.; Antonio Penalves Rocha, "Economia política e política no período joanino". T. Szmrecsányi, T. & J. R. Lapa (orgs.), *Op.cit*., pp.27-43; José Evaldo de Mello Doin, "Balcão de negócios: a operação financeira da independência". Martins/Motta/Iokoi (orgs.). *História e cidadania:* XIX Simpósio Nacional de História-ANPUH. São Paulo, Humanitas, 1998, v.II, pp.553-563; Adalton Francioso Diniz - *Centralização política e apropriação de riqueza: análise das finanças do Império brasileiro (1821-1889)*. São Paulo, FFLCH-USP (doutorado), 2002; Wilma Costa, "Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência". Jancsó (org.) – *Brasil, op.cit*., pp. 143-193; Théo Lobarinhas Piñeiro, "Negociantes, independência e o primeiro Banco do Brasil: uma trajetória de poder e de grandes negócios". *Tempo* v.8, n.15, Niteroi, UFF, 2003.

45. Alcir Lenharo - *Tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo, Símbolo, 1979; Lenira Menezes Martinho & Riva Gorenstein - *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992; João Luís R. Fragoso - *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992; Cecília Oliveira - *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista, Edusf/Ícone, 1999; Márcia Eckert Miranda - *A Estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. Campinas, IE-UNICAMP (doutorado), 2006.

revelando-nos personagens sociais mais ou menos típicos, atuantes e pensantes segundo padrões históricos da época em que viveram. Graças à profícua conjugação de esforços anteriores e mais recentes, hoje consideravelmente bem figuras tão variadas e igualmente importantes como D. João[46], D. Pedro I[47], José Bonifácio de Andrada e Silva[48], Diogo Antônio Feijó[49], CarlotaJoaquina[50], Leopoldina[51], Thomas Cochrane[52], Joaquim Gonçalves Ledo[53], Cipriano Barata[54], Frei Caneca[55], Hipólito José da Costa[56], D. Rodrigo de Sousa Coutinho[57] e José da Silva Lisboa[58].

Em síntese: o processo de Independência é tema de grande importância na historiografia atual sobre o Brasil, concentrando atenções de estudiosos voltados a uma grande diversidade de

---

46. Oliveira Lima – *D. João VI no Brasil*. 3.ªed. Rio de Janeiro, Topbooks 1996; Jorge Pedreira & Fernando Dores Costa – *D. João VI. São Paulo,* Companhia das Letras, 2008.

47. Octavio Tarquínio de Sousa – *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1960, v.2-4; Neill Macaulay - *Dom Pedro: the Struggle for Liberty in Brazil and Portugal, 1798-1834*. Durham, Dike University Press, 1986; I. Lustosa - *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

48. Tarquínio de Sousa – *Op.cit.*, v.1; M. Dolhnikoff - *José Bonifácio de Andrada e Silva: projetos para o Brasil.* São Paulo, Companhia das Letras 1998; Estilaque F. dos Santos - *A monarquia no Brasil: o pensamento político da independência*. Vitória, Edufes/Ceges, 1999; Ana Rosa da Silva - *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio, 1783-1823*. Campinas, Ed.Unicamp, 1999; Berenice Cavalcante - *José Bonifácio: razão e sensibilidade, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro, FGV, 2002; Valdei Araújo – *Op.cit.*

49. Tarquínio de Sousa – *Op.cit.*, v.VII; Magda Ricci - *Assombrações de um padre regente:* Diogo Antonio Feijó (1784-1843). Campinas, EdUnicamp, 2001; Dolhnikoff - *Diogo Antônio Feijó, padre regente*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006.

50. Julián María Rubio – *La infanta Carlota Joaquina y la política de Espana em América (1808-1812).* Madrid, Imprenta de Estanislao Maestre, 1920; Sara Pereira – *Op.cit.* Francisca Azevedo – *Op.cit.*

51. Maria de Lourdes Lyra, "Relações diplomáticas e interesses políticos no casamento de D. Leopoldina." G. Schubert (coord.) - *Simpósio comemorativo do nascimento da imperatriz D. Leopoldina*. Rio de Janeiro, IHGB, 1997; Slemian, "O paradigma do dever em tempos de revolução: D. Leopoldina e o 'sacrifício de ficar na América'. *D. Leopoldina: cartas de uma imperatriz*. São Paulo, Estação Liberdade, pp.83-113.

52. Brian Vale - *The Audacious Admiral Cochrane: the True Life of a Naval Legend.* London, Conway Maritime Press, 2004.

53. Oliveira – *A astúcia liberal, op.cit.*

54. Antonio Carlos Amador Gil - *Projetos de Estado no alvorecer do Império. Sentinela da Liberdade e Typhis Pernambucano: a formulação de um projeto de construção de Estado*. Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ (mestrado), 1991; Paulo Garcia - *Cipriano Barata ou a liberdade acima de tudo*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997; Morel - *Cipriano Barata na sentinela da liberdade*. Salvador, Academia de Letras da Bahia/Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

55. Lyra, "Pátria do cidadão: a concepção de pátria/nação em Frei Caneca". *Revista Brasileira de História* v.18, n.36, 1998, pp.395-420; Gil -*Op.cit.*; Morel - *Frei Caneca: entre Marília e a pátria*. Rio de Janeiro, FGV, 2000; Evaldo Cabral de Mello - *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo, Editora 34, 2001.

56. Carlos Rizzini – *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo, Nacional, 1957; Mecenas Dourado – *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1957; Estilaque Santos - *Op.cit.*.vários estudos em: *Correio Braziliense* v.XXX, 2002.

57. Estilaque Santos - *Op.cit.;* Nívia Pombo Cirne dos Santos - *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1788-1812)*. Niterói, UFF (mestrado), 2002; Andrée Mansuy-Diniz Silva - *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte. de Linhares* (v.I: les anées de formation, 1755-1796). Lisboa/Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

58. Antonio Rocha – *Op.cit.; Idem (org.) - Visconde de Cairu*. São Paulo, Editora 34, 2001.

questões e de enfoques específicos. Não obstante, as lacunas ainda são notáveis, havendo muito que fazer para tornar o conhecimento do tema condizente com sua reconhecida importância. E a despeito de avanços recentes, o preenchimento de tais lacunas necessita de uma integração ainda maior entre as historiografias brasileira e portuguesa, entre a Independência e o liberalismo.

Questões em aberto

Embora cada vez mais esquadrinhada em seus desdobramentos locais, provinciais e regionais, e a despeito de muitas boas obras recentes, a Independência do Brasil nos é ainda praticamente desconhecida em muitas partes, como Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Negro, Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo, Santa Catarina e Província Cisplatina, para não mencionarmos seus impactos nos territórios africanos, dos quais quase nada sabemos. Tampouco conhecemos, com raríssimas exceções, as lutas políticas em regiões interioranas, isto é, naquelas onde o distanciamento físico com o litoral e os principais centros urbanos certamente implicou dinâmicas muito específicas e particulares de configuração da vida política em todos os seus setores, desdobrando-se inclusive no tocante à questão da implementação, em cada parte, de um novo aparato estatal e de uma nova ordem política e social pós-Independência. Isso nos coloca diante do desafio, conforme bem destacado por um estudioso da matéria[59], de darmos a devida consideração à variedade de ritmos de sedimentação da vida social inerente à própria colonização portuguesa (e européia) da América, de sérias conseqüências para o processo de liquidação das estruturas coloniais.

Também os estudos sobre a amplitude social dos envolvidos – de diversas maneiras - no processo de Independência ainda oferecem vasta matéria a ser desenvolvida, sobretudo se considerarmos a consistência e variedade da historiografia recente sobre a cultura política na América portuguesa – embora ainda muito concentrada na Corte - de finais do século XVIII e primeiras décadas do XIX. A partir do amplo reconhecimento de que cada vez mais gente de diferente condição social atuava politicamente no cenário da Independência, há que se aprofundar a discussão por meio de estudos baseados na diferença de fundo entre os conteúdos das hierarquias sociais em uma ordem estamental, como a do Antigo Regime na América, e outra, de fundamentos liberais e burgueses, como a do Estado nacional brasileiro e, a partir daí, ampliar o conhecimento de cada espaço regional. Há que se ampliar, concomitantemente, nosso conhecimento sobre instituições e processos educativos e sua importância no processo de Independência, sendo o pouco que se sabe concentrado no estudo dos níveis de formação superior.

---

59. Jancsó, "Independência, independências". *Independência, op.cit.*, pp.17-48.

Tudo ou quase tudo resta a ser feito em termos de biografias e estudos de pensamento e trajetórias individuais típicas de homens e mulheres “de baixo”, ou mesmo de negociantes, burocratas, publicistas e clérigos, o que certamente se descortina como um dos campos mais abertos, sedutores e promissores aos historiadores da Independência. No entanto, muito resta a ser feito também em torno de gente “de cima”, personagens cruciais para o processo por conta de altas posições ocupadas na hierarquia social da época e que até o momento foram muito pouco estudados. Isso é válido também para a grande ignorância que cerca a literatura produzida no mundo luso-americano durante o processo de Independência. Considerada esteticamente inferior em relação à dos grandes “árcades” de fins do século XVIII, bem como à dos primeiros expoentes do romantismo literário brasileiro do século XIX, tal produção necessita ser devidamente considerada à luz das profundas mudanças ocorridas no estatuto colonial luso-americano a partir de 1808, o que talvez possa inclusive elucidar o que alguns autores identificam como o advento de um verdadeiro “mau gosto” nas letras[60].

Muita coisa ainda precisa ser feita a partir da reconhecida importância de, atualmente, considerarmos categorias como Estado e nação centrais na compreensão da Independência, na medida em que esta se articula profundamente com o surgimento do Estado e da nação brasileiros, sendo responsável pela criação de uma série de determinações fundamentais na configuração da nova ordem. Assim, embora a historiografia mundial sobre a chamada “questão nacional”, com raras exceções[61], pouco tenha voltado suas atenções para os espaços de colonização européia durante a Idade Moderna e ao movimento de formação dos Estados nacionais ibero-americanos, determinadas categorias de ampla utilização nessa historiografia (como “nacionalismo”, “secessão”, “etnicidade”, “identidade”), ainda pouco e/ou mal-utilizadas como ferramentas explicativas destes complexos processos, podem render bons frutos. Inclusive, porque hoje já podemos tratar, com segurança, os “brasileiros” dos séculos XVI, XVII, XVIII e começos do XIX, simplesmente como “portugueses”[62].

A história do pensamento jurídico e das instituições ainda precisa se desenvolver bastante, valendo-se da indissociabilidade recém-estabelecida – e aparentemente duradoura – entre história administrativa, história do direito e história política. Isso nos permitirá conhecer melhor aspectos centrais do processo de Independência cuja relevância, conforme vimos acima, vem sendo destacada por obras importantes: as forças armas, a fiscalidade, sistemas eleitorais, aspectos jurídicos, endividamento externo e interno, estruturas e poderes políticos estatais em diferentes esferas regionais. Tudo isso sem esquecer a necessidade de adotar

---

60. Antonio Candido – *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. 4a.ed. São Paulo: Martins, s.d., cap.VI.

61. Benedict Anderson - *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism.* London, Verso, 1983; François-Xavier Guerra, “A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades”. Jancsó (org.) – *Brasil, op.cit.*, pp.33-60; José Carlos Chiaramonte, “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII”, *Idem, idem*, pp.61-91; Elias Paltí - *La nación como problema: los historiadores y la cuestión nacional*. México, FCE, 2003.

62. Jancsó & Pimenta, “Peças de um moaico”, op.cit.

periodizações longas, que contemplem não apenas a ordem nacional também o mundo colonial, ao menos em suas últimas décadas, bem como as tradições intelectuais peninsulares, suas instituições e paradigmas políticos que tiveram enorme peso na América portuguesa e no Brasil independente.

Mesma recomendação vale para o estudo de vocabulário político e conceitos, devendo incidir sobre palavras e categorias ("império", "república", "Corte", "revolução", "regeneração", "reforma", "ordem", "anarquia", "política", "elite", etc.) ainda pouco conhecidas em sua historicidade ou pouco refinadas enquanto ferramentas teóricas úteis ao estudo da Independência. Neste caso, as investigações não devem se restringir às fronteiras das "histórias nacionais", posto não haver relação necessária entre a configuração de tais conceitos e as fronteiras políticas e historiográficas posteriormente estabelecidas como resultado de processos – os de independência do mundo ibérico - que não indicavam, com segurança, as feições de suas resoluções. No Brasil, tais conceitos, portanto, devem não apenas ser estudados em sua formulação e difusão conjuntamente com Portugal, mas também com outros países do mundo ocidental.

Convém destacar que, se a inserção do processo de Independência do Brasil na conjuntura política ocidental vem sendo contemplada, inclusive em termos de suas configurações em função do impacto, no Brasil, de outros movimentos, praticamente nada se escreveu até o momento[63] sobre o impacto ocidental da Independência do Brasil, isto é, de sua influência em outros quadrantes da mesma conjuntura. Qual a importância do processo luso-americano, por exemplo, na resolução da crise política do mundo hispânico, na formação do México, da Colômbia, do Peru, da Bolívia, das Províncias Unidas do Rio da Prata, entre outros? Qual a sua importância na consolidação do Estado nacional estadunidense? Como contribuiu para a redefinição da política da Europa pós-napoleônica? A despeito do crescente interesse pela Independência do Brasil em círculos acadêmicos preferencialmente voltados aos processos hispano-americanos, atestado pela inclusão de capítulos sobre o Brasil em coletâneas[64], e também de alguns louváveis esforços de inclusão do processo luso-americano em interpretações globais e abrangentes das independências da América[65], ainda é escasso o interesse e comprometimento de historiadores portugueses, do mundo hispânico e de países europeus em estudar o tema.

---

63. Algumas raríssimas exceções: J. Godechot, op.cit.; Thomas Millington - *Colombia's Military and Brazil's Monarchy: Undermining the Republican Foundations of South American Independence.* Westport, Greenwood, 1996.

64. Guerra & Lempérière - *Op.cit*.; Annino & Guerra – *Op.cit.* ; Álvarez & Sánchez – *Op.cit*.; Rodríguez – *Op.cit*.; Maria Teresa Calderón & Clément Thibaud (coord.) - *Las revoluciones en el mundo atlántico*. Bogotá, Taurus/Universidad Externado de Colombia, 2006; Frasquet – *Op.cit.*

65. Tulio Halperin Donghi - *Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850*. Madrid, Alianza, 1985; José Carlos Chiaramonte, "La formación de los Estados nacionales en Iberoamérica". *Boletin del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani* 3ª.serie, 1º.semestre, 1997; pp.143-165; Juan Carlos Garavaglia, "Os primórdios do processo de independência hispano-americano". Jancsó (org.) – *Independência, op.cit*., pp. 207-234; Anthony McFarlane, "Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações". Malerba (org.) – *Op.cit*., pp.387-417.

Todas estas lacunas, porém, correspondem a perspectivas promissoras abertas pela retomada, nas últimas décadas, do interesse acadêmico geral pela Independência do Brasil, e resultam natural e positivamente dos avanços de uma produção ampla, densa e variada. Para finalizar, destaco brevemente três pontos de carência que indicam um estado negativo de coisas, e que necessitam do empenho dos historiadores para sua reversão.

Primeiro ponto: são extremamente escassos os conjuntos documentais relativos à Independência em formato acessível e de fácil utilização da parte dos historiadores. A grande maioria das coleções de manuscritos de interesse para o estudo do tema existentes em arquivos e bibliotecas brasileiras, é de difícil consulta, muitas em estado de deterioração, e as instituições onde estão guardados são pouco aprazíveis aos pesquisadores (as portuguesas, em geral, encontram-se em estado superior de organização). A situação se agrava ainda mais em se tratando de instituições cuja pesquisa é estratégica para os propósitos de continuar ampliando o conhecimento da Independência em termos locais, provinciais e regionais. Algumas já possuem bons serviços de microfilmagem, mas poucas utilizam de modo eficiente a digitalização, o que evidentemente tornaria a disponibilidade muito mais ampla e segura. Algumas coleções e periódicos importantes foram publicadas em edições impressas, recentemente ou não[66], mas a perspectiva de que a publicação de documentação nesse formato venha a se ampliar de modo a suprir a deficiência de acesso geral não é nada promissora, sobretudo se considerarmos o alto custo desse tipo de edição, de sua distribuição e as dimensões relativamente modestas do mercado editorial brasileiro. Em termos de digitalização, merece destaque a iniciativa que resultou na disponibilização, na internet, da obra completa de José Bonifácio[67].

Segundo ponto: há que se submeter quase tudo o que foi publicado nas últimas décadas a respeito da Independência do Brasil a crítica imparcial e sincera. Praticamente nada foi resenhado com rigor, o que aliás condiz com uma notável ausência de tradição – mais na historiografia brasileira do que na portuguesa, e em ambas muito mais do que na norte-americana – de se publicar avaliações abertas de trabalhos de colegas. Pesando menos na balança do produtivismo acadêmico brasileiro do que artigos, capítulos e livros que, muitas vezes nada trazem de relevante ou inovador para o conhecimento de uma determinada área de estudos, a falta de resenhas – isto é, da crítica em geral - representa um sério empecilho para o avanço historiográfico de um grande tema como o da ruptura política entre Brasil e Portugal.

---

66. *Documentos para a História da Independência*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1923; *Arquivo Diplomático da Independência*. Rio de Janeiro, 6 v., 1922-25; *Tamoio*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944; *Malagueta*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1945; Jorge Caldeira (org.) - *Diogo Antonio Feijó*. São Paulo, Editora 34, 1999; Evaldo Cabral de Mello - *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, op.cit.*; Rocha – *Op.cit; Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*. 2002. São Paulo, Imprensa Oficial, 31 v. (edição fac-similar); *Revérbero Constitucional Fluminense*. 2005. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 3 v; Iara Lis Schiavinatto (org.) - *La independencia de Brasil: formas de recordar y olvidar*. Madrid, Mapfre/Tavera 2005; *D. Leopoldina, op.cit.* Azevedo (org.) - *Carlota Joaquina: cartas inéditas*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2008.

67. Por iniciativa de Jorge Caldeira: www.obrabonifacio.com.br.

Terceiro ponto: em se tratando de um grande tema, os saberes acadêmicos a seu respeito ainda se distanciam excessivamente dos saberes não-especializados. A incômoda percepção – que também precisa ser melhor diagnosticada por estudos monográficos – de que, a despeito do tanto que as obras especializadas têm contribuído para um melhor conhecimento de uma dimensão central do processo de surgimento do Estado e da nação brasileiros e da reconfiguração estrutural do Império Português, a Independência ainda costuma ser vista, pelo menos no Brasil, como um acontecimento de pouca importância, sem implicar transformações de monta, não merecedora portanto de maior atenção pelas pessoas em geral, reitera a tradicional idéia de que a mudança histórica não é possível, de que a história é sempre conduzida segundo os interesses bem articulados de grupos dirigentes em defesa de seus interesses, em suma, de que o homem não é agente ativo de sua própria história. Assim, é possível que se o empenho dos historiadores acadêmicos em descortinar o passado transcender sua esfera mais imediata de interlocução, temas como a Independência do Brasil sirvam não para "congelar" um passado, mas sim para mobilizar atitudes em relação ao futuro.

Bibliografía

ALENCASTRO, Luiz Felipe de, Le comerse des vivants: traité d'esclaves et "pax lusitana" dans l'Atlantique Sud. Paris, Université de Paris X, 2v (doutorado), 1986.

ALEXANDRE, Valentim, Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto, Afrontamento, 1993.

ALGRANTI, Leila Mezan, Livros de devoção, atos de censura: ensayos de história do livro e da lectura na América portuguesa (1750-1821). São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2004

Almanack Braziliense, São Paulo, IEB-USP, 2005 (www.almanack.usp.br).

Anais do Congresso de História da Independência do Brasil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1975

ANDERSON, Benedict, Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. Londo, Verso, 1983.

ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (coord.), Inventando la nación. Iberoamérica, siglo XIX. México, FCE, 2003.

ARAÚJO, Ana Cristina B. de, O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, 1815/1822. Revista de História das Idéias, n.14, Coimbra, 1992.

------------, Um império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da Independencia do Brasil. JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de, A política dos homens de cor no tempo da independencia. DOMINGUES, Carlos V. (et.all). Animai-vos, Povo Bahiense: a conspiração dos Alfayates. Salvador, Omar G. Editora, 1999.

-------------, A guerra da Bahia. Salvador, Deao/UFBA, 2001.

ARAÚJO, Valdei Lopes de, A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo, Hucitec, 2008.

Arquivo Diplomático da Independência. 1922-25. Rio de Janeiro, 6 v.

ASSUNÇÃO, Mattias Röhrig, L'adhesión populaire aux projets révolutionnaires dans les sociétés esclavagistes: le cas du Venezuela et du Brasil (1780-1840). Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilienne v.54, 1990.

-------------,Miguel Bruce e os "horrores da anarquia" no Maranhão, 1822-1827. JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de, Carlota Joaquina na Corte do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

-------------, (org.) Carlota Joaquina: cartas inéditas. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2008.

BARATA, Alexandre Mansur, Sociabilidade maçônica e Independencia do Brasil (1820-1822). JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.

-------------, Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822). Juiz de Fora/ São Paulo, Editora UFJF/Annablume/Fapesp, 2006.

BERBEL, Márcia Regina, A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas, 1821-1822. São Paulo, Hucitec, 1998.

-----------, Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): nação, identidade e vocabulario político. JANCSÓ, I. (org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo, Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

-----------,A retórica da recolonização. JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.

----------- & MARQUESE, Rafael de Bivar, La esclavitud em las experiências constitucionales ibéricas, 1810-1824. FRASQUET, I. (coord.). 2006. Bastillas, cetros y blasones: la independencia en Iberoamérica. Madrid, Mapfre, 2006.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça, Pernambuco e o Império (1822-1824): sem Constituição soberana não há união. JANCSÓ, I. (org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo, Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

------------, Pernambuco e sua área de influência: um territorio em tranformação (1780-1824). JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.

------------, O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo, Hucitec/Fapesp/ Ed.UFPE, 2006.

BRANCATO, Braz A. A, D. Pedro I de Brasil, posible rey de España (una conspiración liberal). Porto Alegre, Ed.PUCRS, 1999.

CALDEIRA, Jorge (org.), Diogo Antonio Feijó. São Paulo, Editora 34, 1999.

CANDIDO, Antonio. s.d. Formação da literatura brasileira (momentos decisivos). 4a.ed. São Paulo: Martins.

CARVALHO, José Murilo de, Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

-------------, A construção da ordem: a elite política imperial & Teatro de sombras: a política imperial. 2ª.ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, Marcus J. M. de, Os índios de Pernambuco no ciclo das insurreições liberais, 1817-1848: ideologías e resistencias. Revista da SBPH n.11, 1996.

-------------, Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianzas políticas em Pernambuco, 1817-1824. Revista Brasileira de História v.18, n.36, 1998.

-------------, Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817-1848). JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.

CASTRO, Zília Osório de, A independência do Brasil na historiografia portuguesa. JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.

CAVALCANTE, Berenice, José Bonifácio: razão e sensibilidade, uma história em três tempos. Rio de Janeiro, FGV, 2002.

CHIARAMONTE, José Carlos, Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. JANCSÓ, I. (org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo, Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

COELHO, Geraldo Mártires, Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém, CEJUP, 1993.

Correio Braziliense, ou, Armazém Literário, São Paulo, Imprensa Oficial, 31 v. (edição fac-similar), 2002.

COSTA, Fernando Marques da/DOMINGUES, Francisco Contente/MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.) – Do Antigo Regime ao liberalismo. Lisboa, Colibri, s.d.

COSTA, Wilma Peres, A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado no Brasil (1808-1850). SZMRECSÁNYI, T. & LAPA, J. R. (orgs.). História econômica da independência e do império. São Paulo, Hucitec, 1996.

-------------, Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência. JANCSÓ, I. (org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo, Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

--------------, A independência na historiografia brasileira. JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.

D. Leopoldina: cartas de uma imperatriz, São Paulo, Estação Liberdade, 2006.

DELATORRE, Vanessa Aparecida, São Paulo à época da Independência: contribuição para o estudo do chamado movimento “bernardista” (1821-1823). São Paulo, FFLCH-USP (mestrado), 2003.

DIAS, Claudete Maria Miranda, O outro lado da história: o processo de independência no Brasil, visto pelas lutas no Piauí (1789-1850). Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, 1999.

DIAS, Maria Odila da Silva, A interiorização da metrópole (1808-1853). MOTA, C. G. (org.). 1822: dimensões. São Paulo, Perspectiva, 1972.

DINIZ, Adalton Francioso, Centralização política e apropriação de riqueza: análise das finanças do Império brasileiro (1821-1889). São Paulo, FFLCH-USP (doutorado), 2002. Documentos para a História da Independência, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1923.

DOIN, José Evaldo de Mello, Balcão de negócios: a operação financeira da independência. MARTINS, I./MOTTA, R./IOKOI, Z. (orgs.). História e cidadania: XIX Simpósio Nacional de História-ANPUH. São Paulo, Humanitas, v.II, 1998.

DOLHNIKOFF, Miriam, José Bonifácio de Andrada e Silva: projetos para o Brasil. São paulo, Companhia das Letras, 1998.

---------------, Construindo o Brasil: unidade nacional e pacto federativo no projeto das elites (1820-1842). São Paulo, FFLCH-USP (doutorado), 2000.

---------------, São Paulo na Independência. JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.

---------------, Diogo Antônio Feijó, padre regente. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006.

DOURADO, Mecenas, Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1957.

DOYLE, Don & PAMPLONA, Marco Antônio (orgs.), Nationalism in the New World. Athens, University of Georgia Press, 2006.

FERNANDES, Florestan, A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

FERRAZ, Socorro, Liberais e liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX. Recife, UFPE, 1996.

FONSECA, Silvia Carla de Brito, A idéia de república no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834). Rio de Janeiro, UFRJ (tese de doutorado), 2004.

FRAGOSO, João Luís R., Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

FRASQUET, Ivana (coord.), Bastillas, cetros y blasones: la independencia en Iberoamérica. Madrid, Mapfre, 2006.

FURTADO, João Pinto. Das múltiplas utilidades das revoltas: movimentos sediciosos do último quartel do século XVIII e sua apropriação no processo de construção da nação. MALERBA, J. (org.). A Independência brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro, Editora FGV.

GARAVAGLIA, Juan Carlos, Os primórdios do processo de independência hispano-americano. JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.

GARCIA, Paulo, Cipriano Barata ou a liberdade acima de tudo. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

GIL, Antonio Carlos Amador, Projetos de Estado no alvorecer do Império. Sentinela da Liberdade e Typhis Pernambucano: a formulação de um projeto de construção de Estado. Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ (mestrado), 1991.

GODECHOT, Jacques, Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente. MOTA, C. G. (org.). 1822: dimensões. São Paulo, Perspectiva, 1972.

GOUVÊA, Maria de Fátima, As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeirojoanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro. JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.

GRAHAM, Richard, “Ao mesmo tempo sitiantes e sitiados”: a luta pela subsistencia em Salvador (1822-1823). JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.

GUERRA, Frnaçois-Xavier, A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. JANCSÓ, I. (org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo, Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

-------------- & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.al.), Los espacios públicos em Iberoamerica: ambiguedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México D.F., F.C.E., 1998.

GUERRA F., Sérgio A. Diniz, O povo e a guerra: participação das camadas populares na luta pela Independência do Brasil na Bahia. Salvador, UFBA (mestrado), 2004.

HALPERIN DONGHI, Tulio, Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850. Madrid, Alianza, 1985.

HERMANN, Jacqueline, Um paraíso à parte: o movimento sebastianista do Rodeador e a coonjuntura política pernambucana às vésperas da Independencia (1818-1820). BICALHO, M. F. & FERLINI, V. L. (org.). Modos de governar: idéias e práticas políticas no Imperio portugués, sécalos XVI a XIX. São Paulo, Alameda, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, A herança colonial – sua desagregação. HOLANDA, S. B. de (dir.). História geral da civilização brasileira t.II v.1: o processo de emancipação. São Paulo, Difel, 1962.

---------------, História geral da civilização brasileira t.II, v.2: dispersão e unidade. São Paulo, Difel, 1964.

JANCSÓ, István, A construção dos Estados nacionais na América Latina: apontamentos para o estudo do Império como projeto. SZMRECSÁNYI, T. & LAPA, J. R. do A. (orgs.). História econômica da independência e do império. São Paulo, Hucitec, 1996a.

----------------, Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1789. São Paulo, Hucitec/ EdUFBA, 1996.

----------------, A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. NOVAIS, F. (dir.). História da vida privada no Brasil v.I: cotidiano e vida privada na América portuguesa (org. de Laura de Mello e Souza). São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

----------------- (org.), Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo, Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

----------------- (org.), Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/ Fapesp, 2005a.

----------------- & PIMENTA, João Paulo G., Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). MOTA, Carlos G. (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira. Formação: histórias. São Paulo, Senac, 2000.

José Bonifacio: obra completa (www.obrabonifacio.com.br).

KRAAY, Hendrik, Race, State and Armed Forces in Independence-Era: Bahia, 1790'- 1840'. Stanford, Stanfod University Press, 2001.

------------------, "Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos": o "recrutamento" de escravos na guerra da independência do Brasil, 1822-1823. Revista Brasileira de História v.22, n43, 2002.

------------------, Identidade racial na política, Bahia 1790-1840: o caso dos henriques. JANCSÓ, I. (org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo, Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

LEITE, Renato Lopes, Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

LENHARO, Alcir, Tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842). São Paulo, Símbolo, 1979.

LOPES, José Reinaldo de Lima, Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX. JANCSÓ, I. (org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo, Hucitec/ Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

LOPEZ, Emilio Carlos Rodriguez, Festas públicas, memória e representação: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822. São Paulo, Humanitas, 2004.

LUCAS, Maria Manuela, A organização do Império. Fim do Império luso-brasileiro. MATTOSO, José (dir.). História de Portugal t.5: o liberalismo. Lisboa, Estampa, 1993.

LUSTOSA, Isabel, Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

---------------, D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter. São Paulo, Companhia das Letras, 2006b.

LYRA, Maria de Lourdes Viana, A utopia do poderoso império - Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.

---------------, Memórias da independência: marcos e representações simbólicas. Revista Brasileira de História v.15, n.29, 1995.

---------------, Relações diplomáticas e interesses políticos no casamento de D. Leopoldina. SCHUBERT, G. (coord.). Simpósio comemorativo do nascimento da imperatriz D. Leopoldina. Rio de Janeiro, IHGB, 1997.

---------------, Pátria do cidadão: a concepção de pátria/nação em Frei Caneca. Revista Brasileira de História v.18, n.36, 1998.

---------------, A atuação da mulher na cena pública: diversidade de atores e de manifestações políticas no Brasil imperial. Almanack Brasiliense n.3, maio, 2006 (www.almanack.usp.br).

MACAULAY, Neill, Dom Pedro: the Struggle for Liberty in Brazil and Portugal, 1798-1834. Durham, Dike University Press, 1986.

MACHADO, André Roberto de A., As esquadras imaginárias. No extremo norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil. JANCSÓ, I. (org.) – Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec, 2005.

----------------, A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime português na província do Grão Pará (1821-1825). São Paulo, FFLCH-USP (tese de doutorado), 2006.
Malagueta, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1945.

MALERBA, Jurandir, A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

--------------- (org.), A Independência brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006a.

MARQUESE, Rafael de Bivar, Governo dos escravos e ordem nacional: Brasil e Estados Unidos, 1820-1860. JANCSÓ, I. (org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo, Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

---------------, Escravismo e independência: a ideologia da escravidão no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos nas décadas de 1810 e 1820. JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.

MARTINHO, Lenira Menezes & GORENSTEIN, Riva, Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

MATTOS, Ilmar R. de, O tempo saquarema: a formação do Estado imperial. São Paulo, Hucitec, 1987.

MAXWELL, Kenneth, Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. MOTA, C. G. (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira. Formação: histórias. São Paulo, Senac, 2000.

McFARLANE, Anthony, Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. MALERBA, J. (org.). A Independência brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

MEIRELLES, Juliana G, A “Gazeta do Rio de Janeiro” e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821). Campinas, IFCH-UNICAMP (mestrado), 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. São Paulo, Editora 34, 2001.

--------------, A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo, Editora 34, 2004.

MILLINGTON, Thomas, Colombia’s Military and Brazil’s Monarchy: Undermining the Republican Foundations of South American Independence. Westport, Greenwood, 1996.

MIRANDA, Ângela, Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido das cerimônias de entronização brasileiras. JANCSÓ, I. (org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo, Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

MIRANDA, Jorge, O constitucionalismo liberal luso-brasileiro. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

MIRANDA, Márcia Eckert, A Estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831). Campinas, IE-UNICAMP (doutorado), 2006.

MONTELLO, Josué (org.), História da independência do Brasil. Rio de Janeiro, Casa do Livro, 4 v, 1972.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo, Índios da Amazônia: de maioria à minoria. Petrópolis, Vozes, 1988.

MOREL, Marco, La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Río de Janeiro, 1820-1840). GUERRA, F.X. & LEMPÉRIÈRE, A. (et.al.). Los espacios públicos em Iberoamerica: ambiguedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México D.F., F.C.E., 1998.

-------------, Tensões entre revolução e escravismo: o caso de Cipriano Barata em 1798. ARAÚJO, Ubiratan (et.all.). II Centenário da sedição de 1798 na Bahia. Salvador, Academia de Letras da Bahia, 1999.

-------------, Frei Caneca: entre Marília e a pátria. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

-------------, Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. Estudos Históricos n.28. Rio de Janeiro, 2001a.

-------------, Cipriano Barata na sentinela da liberdade. Salvador, Academia de Letras da Bahia/ Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001b.

-------------, As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo, Hucitec, 2005b.

-------------, “Independência no papel: a imprensa periódica”. JANCSÓ, I. (org.) – Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005c.

------------- & BARROS, Mariana Monteiro de, Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

MOTA, Carlos G. (org.), Viagem incompleta: a experiência brasileira. Formação: histórias. São Paulo, Senac, 2000.

------------ (org.), 1822: dimensões. São Paulo, Perspectiva, 1972.

NEVES, Guilherme Pereira das, Del Império lusobrasileño al Império del Brasil (1789-1822).
ANNINO, A. & GUERRA, F. (coord.).Inventando la nación. Iberoamérica, siglo XIX. México, FCE, 2003.

NEVES, Lúcia P. Das, Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência. Rio de Janeiro, Revan/Faperj, 2003.

--------------, “Os panfletos políticos e a cultura política da Independência do Brasil”. JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005b.

NOVAIS, Fernando A., Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo, Hucitec, 1979.

----------------, “As dimensões da Independência”. MOTA, C. G. (org.) – 1822: dimensões. São Paulo, Perspectiva, 1972.

NOVAIS, Fernando A. & MOTA, Carlos G., A independência política do Brasil. São Paulo, Moderna, 1986.

NUNES, Maria de Fátima, O liberalismo português: ideário e ciências. Lisboa,, Inic, 1988.

OLIVEIRA, Cecília Helena, O espetáculo do Ipiranga: Reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência. Anais do Museu Paulista v.3, janeiro/dezembro, 1995a.

-----------------, A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista, Edusf/Ícone, 1999b.

-----------------, São Paulo e a Independência: liames entre história e memória. CAMARGO, Ana Maria de A. (coord.) – São Paulo: uma longa história. São Paulo, Centro de Integração Empresa-Escola, 2004.

-----------------, “Política e memória histórica: Gonçalves Ledo e a questão da ‘independência’”. BRESCIANI, M. S./SAMARA, E./LEWKOWICZ, I. (orgs.). Jogos da política: imagens, representações e práticas. São Paulo, Marco Zero/Fapesp.

PALACIOS, Guillermo, Intimidades, conflitos e reconciliações. México e Brasil, 1822-1993. São Paulo, Edusp, 2008.

PALTÍ, Elias, La nación como problema: los historiadores y la cuestión nacional. México, FCE, 2003.

PARAÍSO, Maria Hilda B., O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste. São Paulo, FFLCH-USP, 5 v. (doutorado), 1998.
Patriota, Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, 2004.

PEDREIRA, Jorge, “Economia e política na explicação da independência do Brasil”. MALERBA, Jurandir (org.). A Independência brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

-------------- & COSTA, Fernando Dores, D. João VI. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

PEREIRA, Miriam Halpern & outros (orgs.), O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX. Lisboa, Sá da Costa, 2 v., 1982.

PEREIRA, Sara Marques, D. Carlota Joaquina e os “espelhos de Clio”: actuação política e figurações historiográficas. Lisboa, Horizonte, 1999.

PICCOLO, Helga Iracema L., “O processo de independência numa região fronteiriça: o Rio Grande de São Pedro entre duas formações histórias”. JANCSÓ, I. (org.) – Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.

PIMENTA, João Paulo G., Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828). São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2002.

--------------, “A política hispano-americana e o império português (1810-1817): vocabulário político e conjuntura”. JANCSÓ, I. (org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo, Hucitec/Fapesp/ Editora Unijuí, 2003a.

--------------, “O Brasil e a ‘experiência cisplatina’ (1817-1828)”. JANCSÓ, I. (org.) – Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.

--------------, Brasil y las independencias de Hispanoamérica. Castelló de la Plana, Publicaciones de la Universitat Jaume I, 2007.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas, Negociantes, independência e o primeiro Banco do Brasil: uma trajetória de poder e de grandes negócios. Tempo v.8, n.15. Niteroi, UFF, 2003.

PRADO, María Lígia C., “A participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina”. América Latina no século XIX: tramas, telas e textos. São Paulo, Edusp, 1999.

PRADO JR., Caio, Evolução política do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1933.

-------------, Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 1942.

PROENÇA, Maria Cândida, A independência do Brasil. Lisboa, Colibri, 1999.

REIS, João José & SILVA, Eduardo, “O jogo duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” na Independência da Bahia”. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

Revérbero Constitucional Fluminense, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 3 v., 2005.

RIBEIRO, Gladys Sabina, “Pés-de-chumbo” e “Garrafeiros”: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no primeiro reinado. Revista Brasileira de História v.12, ns.23-24, 1991-92.

-------------, A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002.

RICCI, Magda, Assombrações de um padre regente: Diogo Antonio Feijó (1784-1843). Campinas, EdUnicamp, 2001.

RIZZINI, Carlos, Hipólito da Costa e o Correio Braziliense. São Paulo, Nacional, 1957.

ROCHA, Antonio Penalves, “Economia política e política no período joanino”. SZMRECSÁNYI, T. & LAPA, J. R. (orgs.). História econômica da independência e do império. São Paulo, Hucitec, 1996.

------------ (org.), Visconde de Cairu. São Paulo, Editora 34, 2001.

RODRIGUES, José Honório, Independência: revolução e contra-revolução. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 5 v., 1975-76.

RODRÍGUEZ, Jaime E. (coord.), Revolución, independencia y las nuevas naciones de América. Madrid, Mapfre/Tavera, 2005.

RUBIO, Julián María, La infanta Carlota Joaquina y la política de Espana em América (1808-1812). Madrid, Imprenta de Estanislao Maestre, 1920.

SÁNCHEZ, Julio, "La independencia de la República Oriental del Uruguay: los realistas em la Banda Oriental". FRASQUET, I. (coord.). 2006. Bastillas, cetros y blasones: la independencia en Iberoamérica. Madrid, Mapfre, 2006.

SANTOS, Afonso C. Marques dos, No rascunho da nação: inconfidência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

SANTOS, Estilaque F. dos, A monarquia no Brasil: o pensamento político da independência. Vitória, Edufes/Ceges, 1999.

SANTOS, Luís Cláudio V. G., A invenção do Brasil: o Império e o interamericanismo. Brasília, UnB, 2002a.

------------, O Império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia. Curitiba, Ed.UFPR, 2002b.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1788-1812). Niterói, UFF (mestrado), 2002.

SCHIAVINATTO, Iara Lis (org.), La independencia de Brasil: formas de recordar y olvidar. Madrid, Mapfre/Tavera, 2005.

SCHULTZ, Kirsten, Tropical Versailles: Empire, Monarchy and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821. New York, Routledge, 2001.

--------------, "La independencia de Brasil, la ciudadanía y el problema de la esclavitud: a Assembléia Constituinte de 1823". RODRÍGUEZ, J. (coord.). Revolución, independencia y las nuevas naciones de América. Madrid, Mapfre/Tavera, 2005.

--------------, "A era das revoluções e a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821)". MALERBA, J. (org.). A Independência brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

SECKINGER, Ron L., The Brazilian Monarchy and the South American Republics 1822-1831: Diplomacy and State Building. Baton Rouge & London, Louisiana State University Press, 1984.

SILVA, Ana Rosa C. da, Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio, 1783-1823. Campinas, Ed.Unicamp, 1999.

------------, "Identidades políticas e a emergência do novo Estado nacional: o caso mineiro". JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005a.

-------------, "De comunidades a nação: regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831)". Almanack Braziliense n.2, novembro 2005b. (www.almanack.usp.br)

-------------, Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2006.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz, Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte. De Linhares (v.I: les anées de formation, 1755-1796). Lisboa/Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

SILVA, Luiz Geraldo, "Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado nação (Pernambuco, 1770-1830)". JANCSÓ, I. (org.).Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo, Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

------------, "Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da Independência (1817-1823)". JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005a.

-------------, "Pernambucanos, sois Portugueses!": natureza e modelos políticos das revoluções de 1817 e 1824. Almanack Braziliense n.01, maio 2005b. (www.almanack.usp.br).

--------------, O avesso da independência: Pernambuco (1817-24). MALERBA, J. (org.). A Independência brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

SILVA, Wlamir, Autonomismo, contratualismo e projeto pedrino: Minas Gerais na Independência. Revista de História Regional v.10, n. 01, UEPG, 2005. (www.rhr.uepg.br).

SLEMIAN, Andréa, "Seriam todos cidadãos?": os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil. JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.

----------------, Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo, Hucitec, 2006b.

----------------, "O paradigma do dever em tempos de revolução: D. Leopoldina e o 'sacrifício de ficar na América'". D. Leopoldina: cartas de uma imperatriz. São Paulo, Estação Liberdade, 2006c.

-----------------, Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). São Paulo, FFLCH-USP (doutorado), 2006d.

----------------- & PIMENTA, João Paulo G., O "nascimento político" do Brasil: origens do Estado e da nação (1808-1825). Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

----------------- & PIMENTA, João Paulo G., A Corte e o mundo: uma história do ano em que a Família Real portuguesa chegou ao Brasil. São Paulo, Alameda, 2008.

SOUSA, Octavio Tarquínio de – História dos fundadores do Império do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1960, 10 v.

SOUZA, Iara Lis Carvalho, Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo. São Paulo, EdUnesp, 1998.

SOUZA Fo., Argemiro Ribeiro de, A guerra de independência na Bahia: manifestações políticas e violência na formação do Estado nacional (Rio de Contas e Caetité). Salvador, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA (dissertação de mestrado), 2003.

SOUZA JR., José Alves, Constituição ou revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-1823). Campinas, Unicamp (dissertação de mestrado), 1997.

SPÓSITO, Fernanda, Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo, FFLCH-USP (mestrado), 2006.

SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José R. do A. (orgs.), História econômica da independência e do império. São Paulo, Hucitec, 1996. Tamoio, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944.

TOMAZ, Fernando, Brasileiros nas Cortes constituintes de 1821-1822. MOTA, C. G. (org.) – 1822: dimensões. São Paulo, Perspectiva, 1972.

VALE, Brian, The Audacious Admiral Cochrane: the True Life of a Naval Legend. London, Conway Maritime Press, 2004.

VARGUES, Isabel Nobre, A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823). Coimbra, Minerva, 1997.

VENTURA, Antônio, "A Constituição de 1822 e a Independência do Brasil". MEDINA, J. (dir.) – História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias. Lisboa, Ediclube, 1993.

VILLALTA, Luiz Carlos, "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura". NOVAIS, F. (dir.) - História da vida privada no Brasil v.I: cotidiano e vida privada na América portuguesa (org. de Laura de Mello e Souza). São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

---------------,1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasis. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

WISIAK, Thomas, A "nação partida ao meio": tend~encias políticas na Bahia na crise do Império luso-brasileiro. São Paulo, FFLCH-USP (dissertação de mestrado), 2001.

--------------, Itinerário da Bahia na Independência do Brasil. JANCSÓ, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.